

Aspectos do comportamento sintático dos modais dever e poder

por

Zoé Beatriz de Almeida Gomes Miranda

Dissertação apresentada ao Departamento de
Linguística do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Cam-
pinas como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em Linguística.

M673A

Campinas

1975

M673a

089/BC

ASPECTOS DO COMPORTAMENTO SINTÁTICO DOS MODAIS DEVER E PODER

por

ZOÉ BEATRIZ DE ALMEIDA GOMES MIRANDA

Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Campinas

1975

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Sou imensamente grata a todos os que, de uma forma ou de outra, vêm colaborando comigo nesta minha participação no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNICAMP, especialmente ao Prof. Dr. Antônio Carlos Quicoli, orientador desta dissertação, e à Coordenadoria do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, com a concessão de uma bolsa de estudos (Processo nº 2448/73), no período de março de 74 a fevereiro de 75, permitiu o meu afastamento da docência e dedicação integral à pesquisa.

ASPECTOS DO COMPORTAMENTO SINTÁTICO DOS MODAIS DEVER E PODER

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo examinar o fundamento formal da categorização dos modais dever e poder, dentro da linha teórica da Gramática Gerativa.

Na primeira parte do trabalho são examinadas e testadas em relação aos fatos do português, as duas propostas básicas existentes na Gramática Gerativa para o tratamento dos modais, a saber, a de Chomsky (1957), que os trata como auxiliares e a de Ross (1967.b), que os considera verbos principais. Vários argumentos são dados para mostrar que nenhuma destas duas hipóteses é adequada à descrição dos fatos considerados.

Tendo em vista a inadequação dessas análises, é apresentada uma proposta alternativa, em que dever, enquanto modal, é considerado um verbo exclusivamente auxiliar e poder, enquanto modal, é analisado como verbo auxiliar e verbo principal intransitivo, ocorrendo com sujeito sentencial.

Essa proposta permite dar uma explicação natural para as semelhanças e diferenças de comportamento sintático observadas entre esses elementos.

Autor: Zoé Beatriz de Almeida Gomes Miranda.

Orientador: Antônio Carlos Quicoli

INDICE

	Pág.
1. Introdução	2
2.0 O tratamento dos Modais dentro da Gramática Gerativa	4
2.1 A hipótese dos Modais como AUXILIARES	6
2.2 A hipótese dos Modais como VERBOS PRINCIPAIS	14
3.0 A investigação do comportamento sintático dos modais <u>dever</u> e <u>poder</u>	38
3.1 A análise de <u>dever</u> e <u>poder</u> como AUXILIARES	42
3.2 A análise de <u>dever</u> e <u>poder</u> como VERBOS PRINCIPAIS	54
4.0 Uma análise alternativa para <u>dever</u> e <u>poder</u>	76
4.1 <u>Dever</u> : verbo exclusivamente AUXILIAR '	80
4.2. <u>Poder</u> : verbo AUXILIAR e VERBO PRINCIPAL... ..	90
5. Conclusões	111
b. Bibliografia	113

1. Introdução

O propósito deste trabalho é examinar o fundamento formal da categorização dos modais dever e podér, dentro da linha teórica da Gramática Gerativa.

Na primeira seção, serão examinadas as duas hipóteses básicas para o tratamento dos modais, a saber, a hipótese que os trata como auxiliares (hipótese de Chomsky(1957)) e a que os trata como verbos principais (hipótese de Ross(1967.b)). Na análise dessas propostas, serão indicados os argumentos favoráveis a cada uma delas e as principais deficiências detectadas.

Numa segunda seção, vamos verificar a adequação de tais propostas ao português, restringindo a pesquisa aos verbos dever e poder. Testaremos, inicialmente, a possibilidade de considerar os elementos em pauta como verbos auxiliares e motivar, assim, a presença, na gramática do português, da categoria lexical M, ligada ao núcleo AUX. Procuraremos apontar as evidências favoráveis e contrárias a essa análise.

Na subseção seguinte, investigaremos a segunda proposta, com o objetivo de verificar se a dissociação entre AUX e V, postulada na análise anterior, é desnecessária. Todos os problemas surgidos quando da consideração da auxiliaridade de dever e poder serão reexaminados dentro desse novo enfoque, que consiste em colocar esses elementos no conjunto dos verbos principais.

Através do exame dos fatos, vamos verificar a impos

sibilidade de decisão a favor de uma ou outra análise, e os argumentos contrários a ambas sugerem uma análise alternativa que não esteja sujeita às mesmas deficiências dessas duas hipóteses. Na seção 4, tentamos apresentar, com algum detalhe, as características dessa análise alternativa.

2.0 O Tratamento dos Modais dentro da Gramática Gerativa

Em Syntactic Structures (1957), Chomsky apresentou uma análise clássica da frase verbal (VP), na qual auxiliares (AUX) e verbos (V) recebem tratamento sintático diferenciado, uma vez que são considerados como pertencentes a diferentes categorias lexicais. Os modais will, can, may, shall e must aparecem, aí, incluídos na categoria dos auxiliares. Em Aspects of the Theory of Syntax (1965), essa mesma linha de análise é mantida por Chomsky, registrando-se apenas algumas reformulações que não alteraram substancialmente a proposta anterior.

Em trabalho surgido em 1967, "Auxiliaries as Main Verbs", Ross propôs uma análise alternativa, reunindo argumentos que tendiam a indicar que não somente os modais (M), mas também be e have eram V na estrutura profunda (EP), sendo, portanto, desnecessária a dissociação AUX / V.

Examinando fatos do espanhol, Klein (1968) apontou o que ele considera as três inadequações fundamentais da análise que incorpora à gramática a categoria M ligada ao nódulo AUX (análise de Chomsky), a saber: 1. sua inabilidade para dar conta dos problemas envolvendo a multiplicidade de ocorrência dos modais; 2. sua inoperância quanto à explicação da mudança de significação dos modais, mudança determinada pela posição deles numa dada seqüência; 3. sua ineficácia quanto à solução de problemas ligados à negação de sentenças com modais. Para eliminar essas três áreas de dificuldades, Klein

propôs que os modais fossem analisados como verbos principais.

Jenkins (1972) apresentou vários critérios sintáticos que servem para diferenciar M e V e, conseqüentemente, para apoiar a proposta de Chomsky de que M é uma categoria sintática.

Em um trabalho recente, Abaurre (1973), depois de apresentar um quadro geral das possíveis manifestações da modalidade, em português, deteve-se na análise dos verbos dever, poder e precisar, procurando apontar evidências que justificassem o tratamento, dentro do domínio sintático, dos modais como verbos principais. Com base em critério sintático, concluiu pela necessidade de considerá-los como pertencentes a uma classe mais abrangente, mais inclusiva: "modal verbs in Portuguese are those that can occur in main clauses which require a complement clause (subject or object) with the main verb in the subjunctive form" (Abaurre, 1973, p. 53).

Verificam-se, assim, dentro da Gramática Gerativa, duas propostas básicas: uma, que dissocia AUX e V e inclui os modais entre os auxiliares; outra, que sustenta não existir nenhuma evidência de ordem sintática que permita estabelecer diferenças entre os modais e verbos principais.

Nas subseções seguintes, serão examinadas essas duas propostas básicas, com a indicação das possíveis evidências favoráveis a cada uma delas, dos problemas suscitados e das principais deficiências detectadas.

2.1. A Hipótese dos Modais como Auxiliares

Em Syntactic Structures, visando apontar as qualidades do Modelo Transformacional de Gramática e as limitações do Modelo de Estrutura Frasal, Chomsky apresentou uma análise da frase verbal (VP), que se tornaria clássica na literatura lingüística.

Os modais will, can, may, shall e must recebem, em Syntactic Structures, tratamento sintático especial e são dissociados radicalmente dos verbos principais, aparecendo como possíveis expansões do nódulo AUX.

Chomsky aponta que num contexto como

(1) The man----- the book

podem ser inseridas não apenas formas (aparentemente) simples como took, mas toda uma combinação de formas como take-s, has taken, has been taking, can (will, shall, may, must) take, etc. Argumenta ele que é possível proceder-se à análise, em termos de constituintes imediatos (Modelo de Estrutura Frasal), dessas formas permitidas. Chomsky mostra que essa análise não dá conta, porém, das dependências sistemáticas existentes entre elementos não-contínuos, como have... PP, que marcam o aspecto perfectivo, be...ing que marcam o aspecto progressivo. Aponta, também, uma outra dificuldade que se apresenta a uma descrição em termos de constituintes imediatos: todas as formas, mesmo as aparentemente simples, como took, devem ser consideradas como compreendendo um constituinte temporal

presente
ou
passado

, que as-

sume formas fonológicas diversas, mas que se combina sempre com o primeiro elemento constituinte da frase verbal, seguindo-o (ex: take-s), fundindo-se com ele (ex: can + Pass = could) ou se realizando fonologicamente como zero (ex: can + Pres = can).

Dadas todas essas inadequações da Gramática de Estrutura Frasal, Chomsky propôs uma análise transformacional. Da Gramática Transformacional fazem parte as regras de base, de natureza sintagmática que não geram, diretamente, a sentença, mas apenas fornecem uma parte de sua descrição estrutural. As seqüências geradas pelas regras de base são relativamente abstratas e têm uma relação indireta com a forma final da sentença. Operando-se com um novo tipo de regras, as regras transformacionais, será obtida essa forma final da sentença.

As regras de base, independentes do contexto, propostas por Chomsky e que levam à derivação das diferentes frases verbais possíveis, são:

- (2) a. VERB → AUX + V .
- b. V → hit, take, etc
- c. AUX → C (M) (Have+ en) (be+ ing) (be+ en)¹
- d. M → will, can, may, shall, must

Assim, para se chegar à geração da frase verbal

(3) had been taking

tem-se, numa primeira etapa derivacional, que consiste na aplicação de (2.a), (2.b), (2.c) e (2.d), a formação da seguinte seqüência de elemen

tos terminais:

(4) C + have + en + be + ing + take .

Essa seqüência (4) mantém uma relação indireta com a forma final da frase verbal(3), principalmente do ponto de vista da ordem em que os elementos aparecem aĩ encaixados. Para se chegar à obtenção da forma final da frase verbal, é necessário submeter (4) a uma segunda etapa derivacional, que consiste na aplicação das seguintes regras transformacionais:

(5) a. C → $\left[\begin{array}{l} \text{S no contexto NP singular-----} ; \\ \emptyset \text{ no contexto NP plural -----} ; \\ \text{Passado} \end{array} \right.$

b. Af representa qualquer um dos afixos Pass, S, ∅,
en, ing.

v representa todo M ou V, ou have ou be.

Logo:

T : AF + v → v + Af ~~##~~
afixo

onde ~~##~~ é interpretado como fronteira de palavra.

Assim, (5.a), operando sobre (4), leva à derivação

de

(6) Pass + have + en + be + ing + take.

Com a posterior aplicação de (5.b), tem-se:

(7) have + Pass ~~##~~ + be + en ~~##~~ + take + ing ~~##~~ .

Sobre (7) operarão regras de interpretação fonológica que levarão à derivação de (3).

A grande inovação desta proposta de análise estava, como se pôde perceber pelo que foi exposto acima, na postulação de um sistema de descrição lingüística bidimensional, dada a inadequação de um sistema unidimensional, que não permitia detectar relações sistemáticas entre certos constituintes descontínuos.

Em Aspects of the Theory of Syntax, essa mesma linha de análise é mantida por Chomsky², registrando-se, apenas, algumas reformulações que não alteraram substancialmente a proposta anterior. Em Syntactic Structures, o AUX era um dos constituintes do VP. Em Aspects of the Theory of Syntax, passa a ser dominado pela frase predicativa (PdP). Essa reformulação se prende ao fato de os complementos do verbo servirem para subcategorizá-lo, segundo a teoria exposta em Aspects. A presença ou não de um NP complemento divide os verbos em transitivos e intransitivos. AUX se combina com qualquer tipo de verbo e, dado que no VP só devem figurar elementos que subcategorizem o verbo, esse nódulo passa a ser uma das expansões de PdP:

(8) PdP \longrightarrow AUX $\overbrace{\hspace{2cm}}$ VP (Lugar) (Tempo)

Os itens lexicais não são mais inseridos diretamente, como em (2.b) e 2.d). As regras de reescritura vão se aplicar aos símbolos que representam as categorias lexicais, introduzindo símbolos complexos (Q). A gramática passa a não conter regras do tipo (2.d) para introduzir os formantes pertencentes às categorias lexicais. Em lugar dessas regras, a gramática, em sua base, passa a dispor de um Lé-

xico, conjunto de entradas lexicais, onde cada entrada é um par do tipo (D,C)— D, uma matriz de traços distintivos fonológicos; C, uma coleção de traços sintáticos específicos (um símbolo complexo). Os símbolos complexos (Q) gerados pelas regras de reescritura serão substituídos por D, desde que C não seja distinto de Q.

Uma outra modificação, de ordem notacional, envolve os constituintes (have + en), (be + ing) que passam a ser dominados pelo nódulo aspecto (ASP):

(9) AUX \longrightarrow Tempo (M) (ASP)

Dentro da Teoria Standard (Teoria formulada em Aspects of the Theory of Syntax), os modais recebem, pois, tratamento sintático diferente daquele dado aos verbos principais, sendo incluídos na categoria lexical AUX.

Jenkins (1972) assinala várias evidências sintáticas que servem para apoiar essa proposta de Chomsky. Ele aponta, inicialmente, que os modais tem um comportamento diferente do dos verbos principais quando submetidos ao teste da interrogação³ e negação. Assim, a comparação das sentenças

(10) a. May John sit down?

b.*Tried John to sit down?

(11) a. John may not sit down.

b.*John tried not to sit down.

indica que os modais apresentam características formais claramente estabelecidas em seu uso na interrogação e negação, e que uma análise

que os trate como membros de uma classe específica é, portanto, motivada.

Uma outra característica dos modais apontada por Jenkins é a sua impossibilidade de ocorrência em cláusulas infinitivas ou em 'poss-ing clauses'. A gramaticalidade de

- (12) a. John tried to eat.
b. John tried eating.

comparada à não-gramaticalidade de:

- (13) a.* John tried to will eat.
b.* Willing eating is fun.

evidencia uma não identidade na distribuição dos modais e verbos principais e constitui, para Jenkins, mais um argumento favorável à análise que os dissocia.

Uma terceira evidência apontada por Jenkins, prende-se ao fato de não haver seqüência de modais, como se pode verificar em

- (14) *John will can come.

Essa restrição não atinge os verbos principais, conforme se depreende da análise das sentenças abaixo:

- (15) a. John tried to eat.
b. John tried eating.

Jenkins mostra a impossibilidade de explicar essa

restrição em termos semânticos, dado o fato de critérios semânticos serem insuficientes para bloquear a derivação de (14), pois, como correspondente desta sentença mal formada, temos a sentença sintática e semanticamente bem formada

(16) John will be able to come.

construída com duas formas verbais que expressam modalidade. Assim, segundo ele, para explicar a não-ocorrência de seqüências de modais e, conseqüentemente, impedir a derivação de (14), ter-se-ia que admitir a inclusão dos modais em categoria sintática diferente da dos verbos principais, o que ocorre na proposta de Chomsky.

Um quarto argumento apontado por Jenkins refere-se à não-concordância dos modais com o sujeito gramatical da sentença - que os contém, diferentemente do que ocorre com os verbos principais, como se verifica em:

(17) a. I can eat.
b. *John can's eat.

(18) a. I try to eat.
b. John tries to eat.

Como quinto e último argumento, Jenkins aponta que os modais não têm derivados nominais, o mesmo não acontecendo com os verbos principais:

(19) a.* John's can-ness.
b.* John's can-ity.

- (20) a. John's ability.
b. John's attempt.

Ainda aqui, Jenkins mostra que o fato de can-ity ser mal formada não pode ser explicado em termos de uma restrição semântica, uma vez que se tem ability.

Todos esses argumentos, reunidos, constituem-se, segundo Jenkins, em evidências favoráveis à postulação de uma categoria sintática modal (M) e, conseqüentemente, reforçam a hipótese de Chomsky.

Ross(1967.b) argumenta contra essa análise, apontando fatos que, segundo ele, justificam a não-inclusão da categoria M nos marcadores frasais subjacentes. Como alternativa, ele propõe que tanto os "auxiliares modais" como os "verbos" sejam analisados como pertencentes a uma única categoria lexical: verbo.

Na subseção seguinte, proceder-se-á à análise da proposta alternativa de Ross, a fim de confrontá-la com a de Chomsky.

2.2 A Hipótese dos Modais como Verbos Principais

Em 2.1 examinamos a proposta de Chomsky que inclui, nos marcadores frasais subjacentes, a categoria M, dispensando, assim, aos modais um tratamento diferente do dos verbos principais. Nesta subseção, investigaremos a análise apresentada por Ross (1967.b). Este tentou argumentar contra aquela diferenciação, apontando evidências que autorizariam agrupar verbos principais e modais dentro de uma mesma categoria lexical, verbo.

A primeira restrição feita por Ross à análise de Chomsky se refere ao termo Tns ($\left\{ \begin{array}{c} M \\ \text{have} \\ \text{be} \end{array} \right\}$), considerado como possível expansão do nódulo AUX. Segundo Ross, com esta notação, não se está apontando nenhuma similaridade entre os elementos M, have e be, embora esses elementos apresentem um comportamento idêntico diante de certas transformações, como Inversão Sujeito-Verbo, Negação e Apagamento do VP. Ross propôs, então, a substituição da notação anterior por $\left[\begin{array}{c} +V \\ +AUX \end{array} \right]$, dado que, com a utilização do traço $\left[+AUX \right]$, seria possível dar conta da semelhança de características idiossincráticas dos elementos M, have e be, diante das transformações já mencionadas e, com a utilização do traço $\left[+V \right]$, mostrar a semelhança comportamental desses elementos com os demais verbos.

Não se pode dizer, no entanto, que esta proposta de Ross, quando comparada à de Chomsky, se constitua numa formulação alternativa, capaz de levar a diferentes consequências empíricas. Conforme Jenkins (1972) observa, trata-se de uma mera variante notacional, uma vez que, em Syntactic Structures, Chomsky define uma categoria le

xical AUX, da qual fazem parte M, have e be e define, ainda, uma classe y que representa todo M ou V ou have ou be.

Após essa primeira objeção - infundada, como vimos - à análise de Chomsky, Ross apresenta vários argumentos a fim de motivar sua proposta de considerar os chamados auxiliares como uma sub-classe dos verbos principais.

Como primeiro argumento, mostra que a posição ocupada pela cópula be corresponde à mesma posição que é ocupada pelos demais verbos. Assim, nas línguas nas quais a ordem básica é SVO, a ordem nas sentenças construídas com cópula é S be O; em línguas cuja ordem é SOV, tem-se SObe. A seguir, Ross constata que be comporta gapping, como acontece com os verdadeiros verbos, conforme se pode verificar nos exemplos abaixo:

(21) I ate fish, and Bill (ate) steak.

'Eu comi peixe e Bill (comeu) bife.'

(22) I am American, and Bill (is) Canadian.

'Eu sou americano e Bill (é) canadense.'

Estes fatos, reunidos, levam-no a concluir que a chamada cópula be deve ser analisada como um verbo, apresentando o traço $\left[+AUX \right]$.

Num segundo passo de sua argumentação, Ross refere-se à existência de uma regra, Q Hopping, que move quantificadores como all, both, each, etc, além de be, conforme o exemplo abaixo:

(23) They all are handsome → They are all handsome.

'Eles todos são bonitos.' → 'Eles são todos boni
tos'.

Aponta, também, que QHopping move quantificadores a
lêm dos chamados auxiliares:

(24) They all have gone → They have all gone.

'Eles todos tem ido.' → 'Eles tem todos ido.'

(25) They both must have left. → They must both have left.

'Ambos devem ter partido.' → 'Devem ambos ter partido'.

Como vimos, Ross argumenta a favor da inclusão de be
no conjunto dos verdadeiros verbos. Dado o comportamento unificado de
be e auxiliares diante de Q Hopping, conclui que os auxiliares são ,
também, verdadeiros verbos.

Este argumento se enfraquece consideravelmente e po
de mesmo ser invalidado, quando são observadas as seguintes sentenças:

(26) They all saw the boy.

'Eles todos viram o menino'.

(27) * They saw all the boy.

*'Eles viram todos o menino.'

Frente a Q Hopping, um verdadeiro verbo, como see,
está se comportando diferentemente dos auxiliares e cópula.

Os fatos apontados por Ross permitem, apenas, consi
derar uma semelhança de comportamento da cópula e demais verbos, dian
te de gapping e, ainda, da cópula e auxiliares, diante de Q Hopping .
Mas não se pode encontrar, aqui, nenhuma evidência que justifique o

tratamento dos chamados auxiliares, dentro da subclasse dos verdadeiros verbos.

Um outro argumento, desenvolvido por Ross, refere-se à possibilidade de aplicar FLIP⁴, regra que opera sobre os verbos, aos modais. Inicialmente, mostra que a diferença de aceitabilidade apontada por muitos falantes, entre (28.a) e (28.b),

(28) a. He_i forced me to be examined by Dr. Hito.

'Ele forçou-me a ser examinado pelo Dr. Hito'.

b. *He_i forced me to be examined by him_i.

'Ele forçou-me a ser examinado por ele_i.'

poderia ser explicada por uma restrição por ele julgada misteriosa, a qual impediria ao agente de uma S complemento _____ com o complementizador for - to ou poss-ing _____ ser idêntico ao sujeito da S mais alta. Essa restrição se manteria desde que somente sentenças do tipo for - to ou poss-ing interviessem entre esse agente e o sujeito.

Observando as sentenças

(29) a. You may gladly be examined by Dr. Hito.

'Você pode prazerosamente ser examinado pelo Dr. Hito.'

b. *You may gladly be examined by me.

'Você pode prazerosamente ser examinado por mim.'

ele procura explicar a não-gramaticalidade de (29.b) pela restrição acima estabelecida, desde que se proponha, como estruturas subjacentes a (29.a) e (29.b), respectivamente,

(30) a. I gladly allow you to be examined by Dr. Hito.

'Eu prazerosamente permito a você ser examinado pe
lo Dr. Hito.'

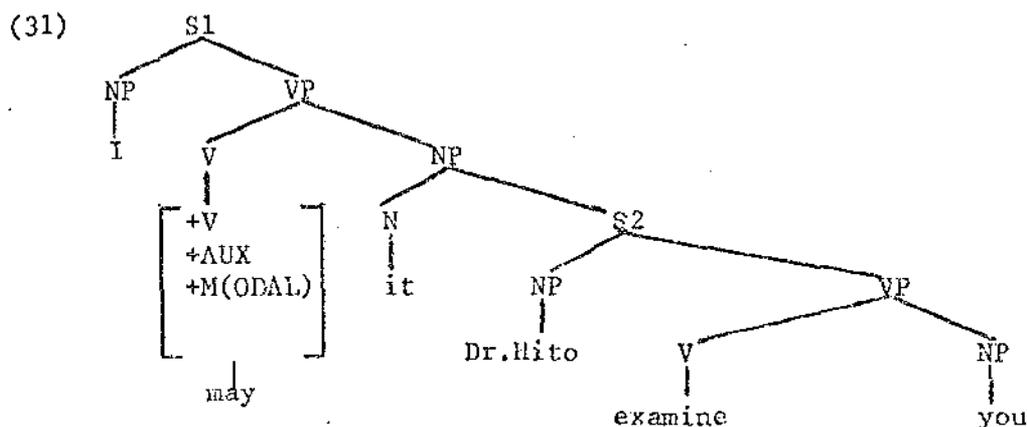
b. *I gladly allow you to be examined by me.

'Eu prazerosamente permito a você ser examinado
por mim.'

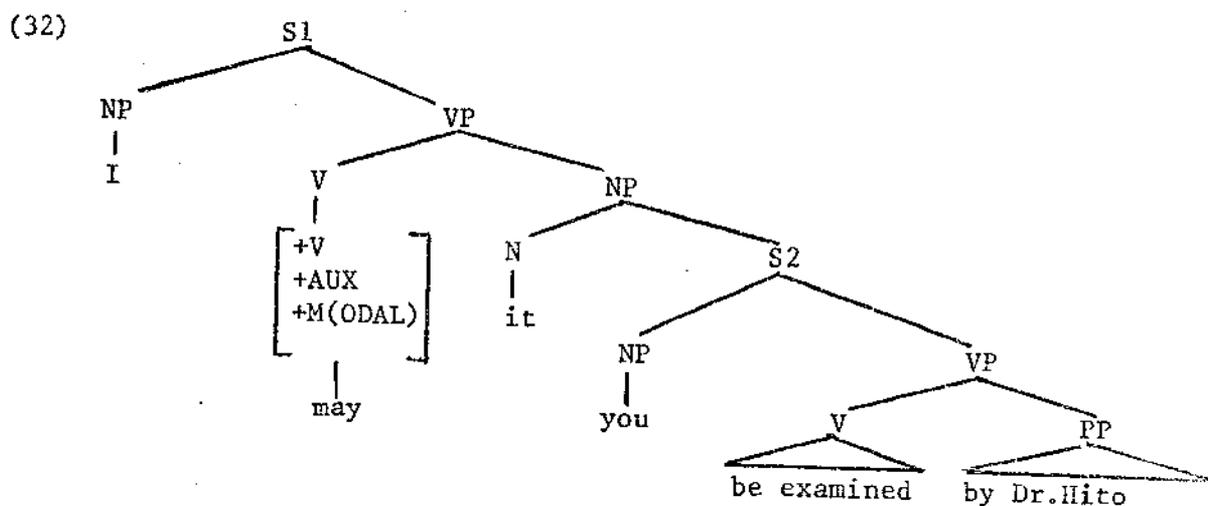
Em (30.b), o agente da S complemento, do tipo for-to
by me é idêntico ao sujeito da Smatriz - I - e isto explicaria
a não gramaticalidade desta frase.

Para se chegar à derivação de (29.a) a partir de -
(30.a), ter-se-ia, segundo Ross, que operar com a regra FLIP, que é u
ma regra que se aplica somente a verbos, provocando uma permuta entre
o seu sujeito e o seu objeto. Dado o fato de que FLIP iria se aplicar
a may, e dado o fato de que se trata de uma regra que foi postulada
para ser aplicada a verbos, Ross aponta a inadequação de uma análise
que dá um tratamento diferente do dos demais verbos a esse modal.

Para Ross, a sentença (29.a) teria por estrutura sub
jacente

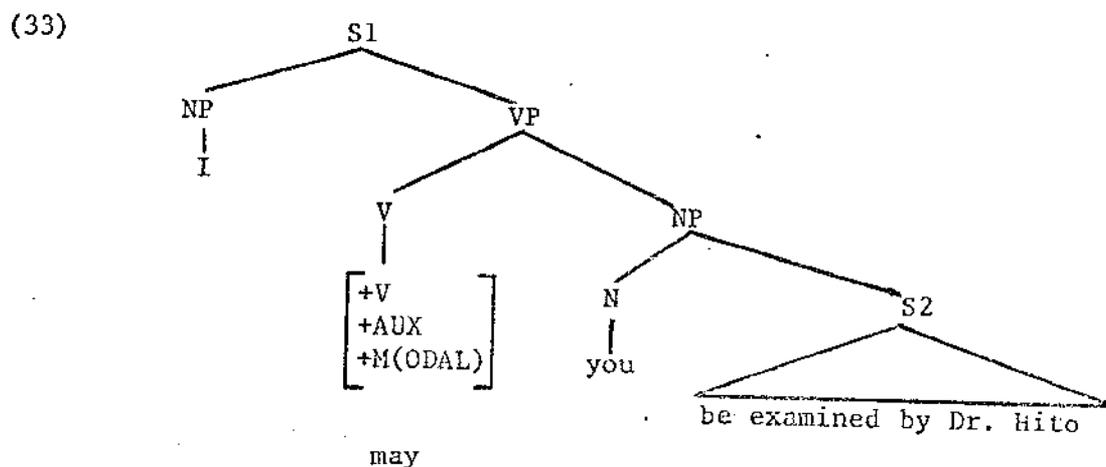


A fim de se chegar à derivação de (29.a), seria, inicialmente, aplicada a passiva a S2:



Dada a não-identidade do agente da S encaixada com o sujeito da Smatriz, não estaria sendo violada a restrição apontada por Ross, o que ocorreria se o agente fosse by me, como em (29.b).

No ciclo seguinte, haveria a aplicação de it-replacement que levaria à substituição de it por you.



A seguir, FLIP operaria sobre o modal may, trocando as posições do sujeito (I) e do objeto (you). Posteriormente, ter-se-ia a derivação de (26.a), graças ao apagamento do pronome objeto.

Segundo essa derivação proposta por Ross, FLIP estaria operando sobre o modal, e este fato iria se constituir num argumento favorável à consideração dos modais como membros da mesma categoria lexical dos verbos.

Há vários problemas com essa análise e, conseqüentemente, com as conclusões às quais, a partir dela, Ross pretende chegar.

Note-se, inicialmente, que muitos falantes do inglês não fazem distinção entre a aceitabilidade de (28.a) e (28.b). Apesar disto, a motivação dessa análise reside nesta contestada distinção.

Outro problema foi apontado pelo próprio Ross, que, quando propõe para

(34) Windows may be broken by rioters.

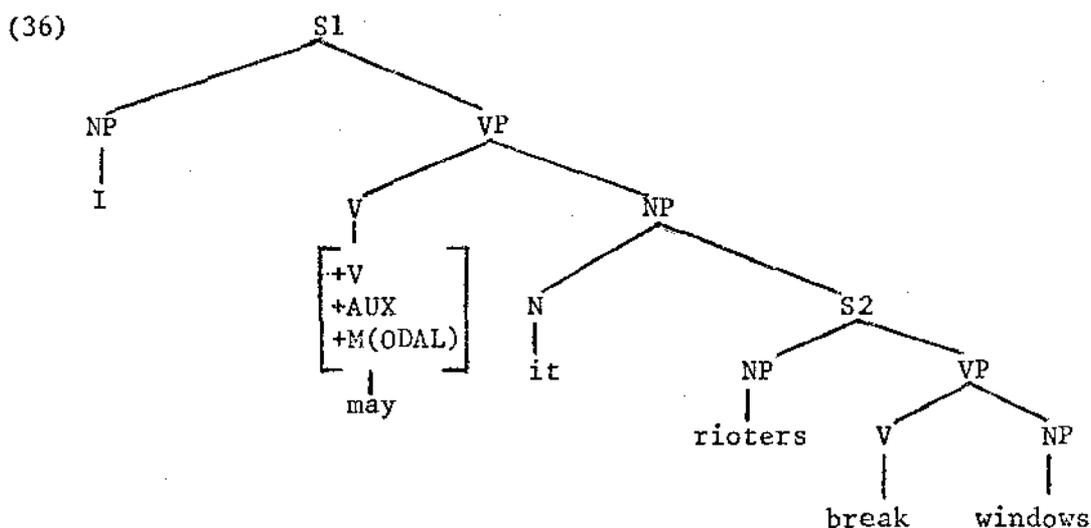
'Janelas podem ser quebradas pelos desordeiros.'

uma EP do tipo (31), não sabe como bloquear a derivação de

(35) *There may gladly be windows broken by rioters.

*'Pode prazerosamente haver janelas quebradas pelos desordeiros'.

Segundo a análise que ele apresenta, (35) teria por estrutura subjacente



Após a aplicação de passiva a S2, poder-se-ia ter a inserção de there. It-replacement, em seguida, se aplicaria a S2, e, posteriormente, com a aplicação de FLIP, there se tornaria o sujeito derivado de may, gerando (35), a qual, no entanto, é não-gramatical.

Pela proposta apresentada por Ross, a gramática estaria, pois, gerando sentenças não-gramaticais do tipo (35), o que evidencia a sua inadequação.

Na tentativa de reunir um número maior de argumentos favoráveis à sua hipótese de eliminar da gramática a categoria AUX, Ross aponta que so é um PRO-S, pois em:

(37) I hope that we will win in Vietnam, but no sane man
hopes so

'Eu desejo que vençamos no Vietnam, mas nenhum homem em perfeito juízo deseja isto.'

so está substituindo a Sencaixada [that we will win in Vietnam].

Ross observa, depois, que uma estrutura como:

(38) They said that Tom might have been singing and Tom might have
been singing.

'Eles disseram que Tom devia ter estado cantando e Tom devia
ter estado cantando.'

admite três versões com so, a saber:

(39) a. They said that Tom might have been singing and so might
have been he.

'Eles disseram que Tom devia ter estado cantando e ele de-
via ter estado.'

b. They said that Tom might have been singing and so might
have he.

'Eles disseram que Tom devia ter estado cantando e ele de-
via ter.'

c. They said that Tom might have been singing and so might he.

'Eles disseram que Tom devia ter estado cantando e ele devia.'

Para Ross, desde que se queira manter a generaliza-
ção estabelecida a partir do exame de sentenças como (37) de que so é
um PRO-S, ter-se-ia que admitir a existência de quatro S's em

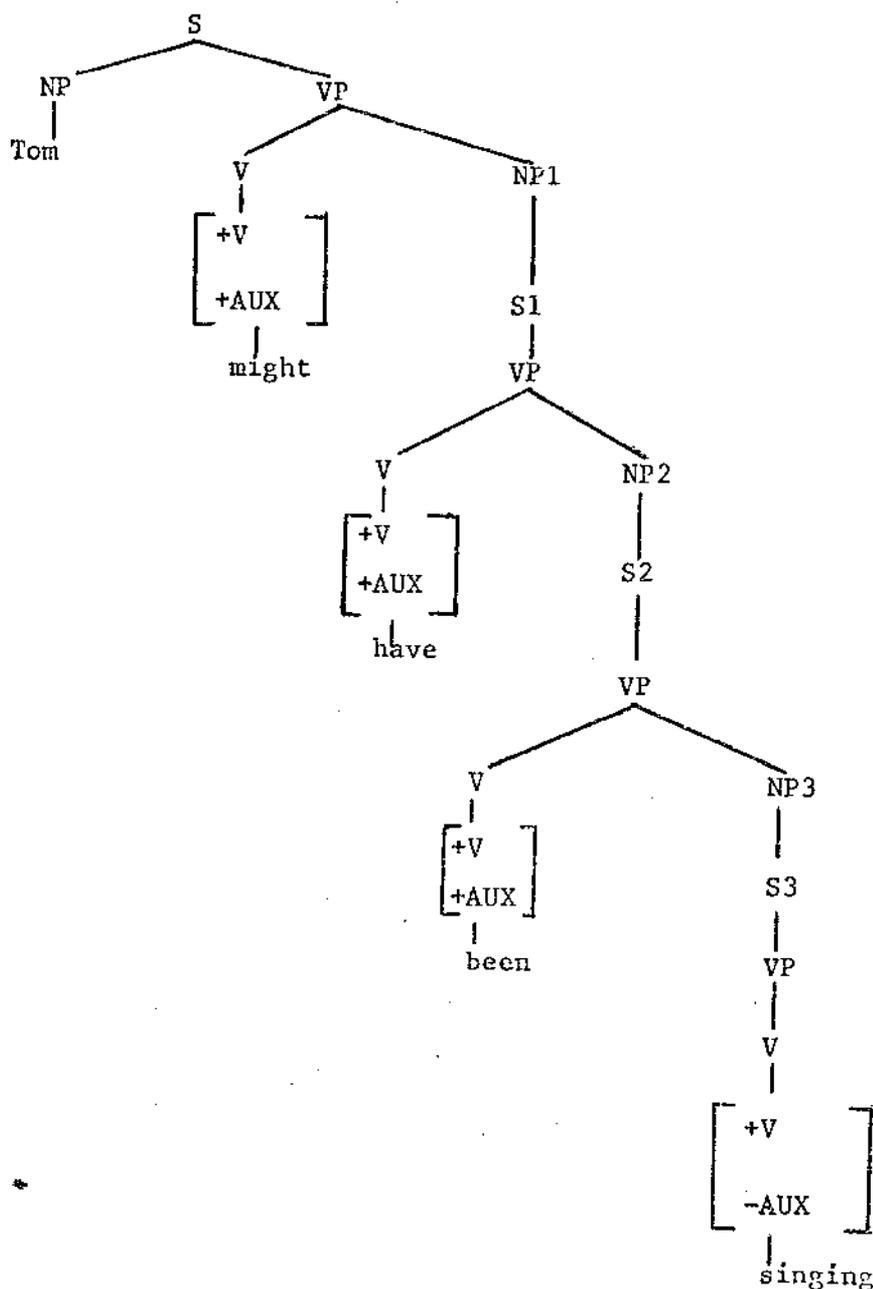
(40) Tom might have been singing.

'Tom devia ter estado cantando'.

e, conseqüentemente, propor que might, have e been estariam diretamen-
te dominados pelo VP.

A estrutura derivada de (40) seria, aproximadamen-
te,

(41)



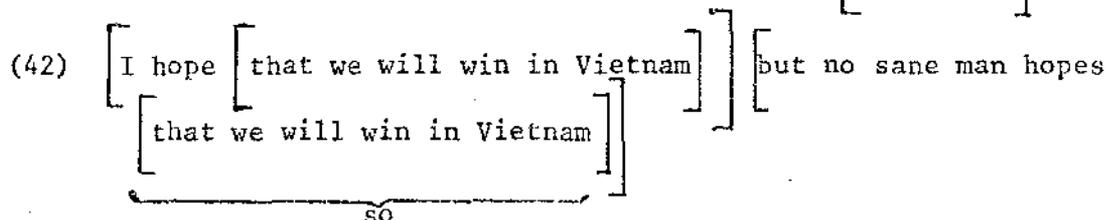
So estaria substituindo S3 em (39.a), S2 em (39.b) e S1 em (39.c) e, daí, as três possíveis output sentences. Ross argumenta, assim, que somente uma análise que inclua os chamados auxiliares na mesma categoria lexical dos verdadeiros verbos, será capaz de manter a generalização de que so é um PRO-S.

Vários problemas podem ser apontados com relação a

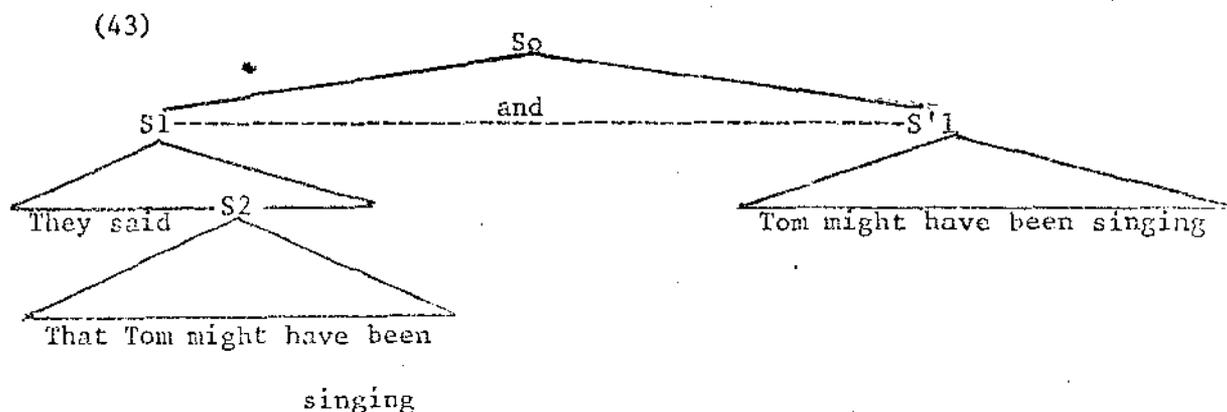
esse argumento. O primeiro se relaciona com o fato de que em (41), S1, S2 e S3 não se bifurcam e deveriam sofrer Spruning, de acordo com a proposta feita por Ross (1967.a).

Ele adia para "Variables in Syntax" a discussão deste fato, mas esse artigo não apareceu e, conseqüentemente, não apareceram as justificativas da permanência dos nódulos S1, S2 e S3 em(41).

Um outro problema prende-se ao fato de que, para caracterizar so como PRO-S, Ross exemplificou com uma estrutura como (37), na qual so substitui uma Scomplemento do tipo [that ...]:



Observe-se, no entanto, que em (39.a), (39.b) e (39.c), so não está substituindo uma Scomplemento, como em (37), mas está operando sobre S'1 que aparece em conjunção com S1:



A tentativa de manter a generalização depreendida a partir de (37) — so —> PRO-S — é que levou Rossa a postu

lar a existência de sucessivos encaixes de S's em (38). Note-se, porém, que a generalização foi obtida através da consideração de Tso em relação a processos recursivos de complementação, e não de conjunção de S's. Houve, portanto, da parte de Ross, uma extensão indevida da generalização.

Assim, observe-se a existência de uma sentença como

(44) I hope that we will win in Vietnam and he hopes that we will win in Vietnam.

'Eu desejo que nós vençamos no Vietnam e ele deseja que nós vençamos no Vietnam.'

que, submetida a Tso, leva à derivação de

(45) I hope that we will win in Vietnam and so does he.

Uma análise, como a de Ross, que mantém para as estruturas conjugadas a generalização de que so é PRO-S, não explicaria a presença de does em (45).⁵

Para Chomsky (1957), que se limita a examinar Tso em estruturas coordenadas, so é um PRO-VP. A única forma verbal permitida após and so é um AUX. Quando a primeira S não contém um auxiliar, a forma do é empregada, o que explicaria a presença de does em (45). Ainda dentro da análise proposta por Chomsky, a derivação de (39.b) e (39.c) poderia ser explicada como resultado da interação de duas regras, Tso e Tgapping, sendo que esta última transformação operaria sobre os auxiliares, possibilidade explorada pelo próprio Ross, como vimos anteriormente.

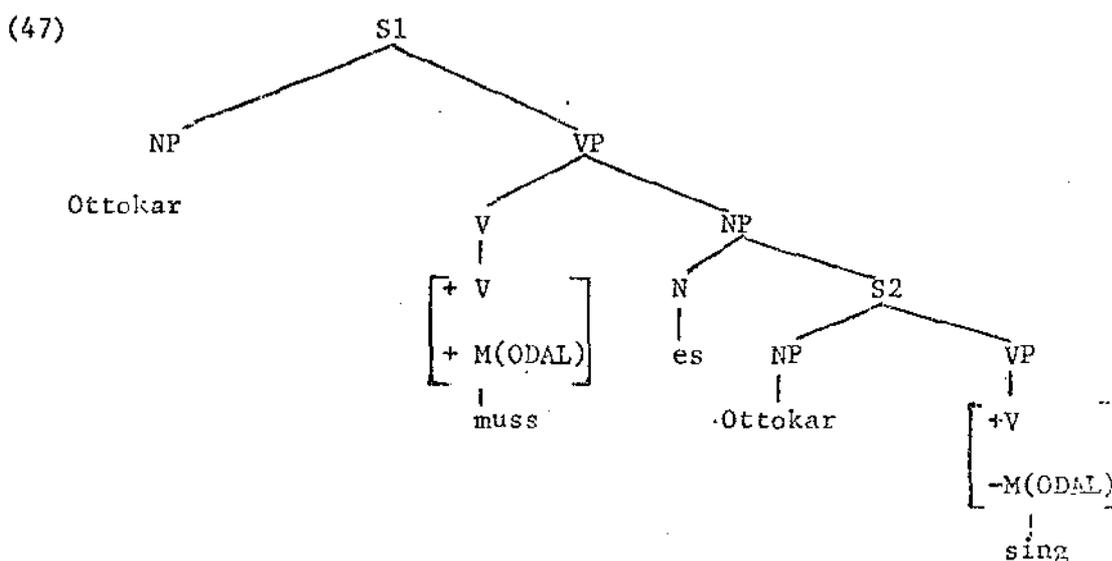
Com base na investigação desenvolvida por Perlmutter (1967) sobre pares de verbo transitivo-intransitivo, Ross procura demonstrar, com fatos do alemão e do inglês, que os modais, particularmente may e must, aparecem em estruturas profundas transitivas e intransitivas.

Assim, uma sentença como

(46) Ottokar muss singen.

'Ottokar deve cantar.'

com o modal muss sendo interpretado no sentido de ter obrigação, admitiria, como EP.



Segundo Ross, a possibilidade de inserir muss (ter obrigação) numa EP do tipo (47), e de operar com a regra Sdeletion — regra que aparece na gramática do alemão, independentemente motiva da —, é que iria permitir a derivação da sentença

(48) Ottokar muss singen, und du musst es auch.

das musst du auch.

'Ottokar deve cantar e você deve (isto) também.'

A gramaticalidade de (48), comparada à não-gramaticalidade de

(49) *Ottokar muss Krebs haben, und du musst es auch.
das musst du auch.

'Ottokar deve ter cancer e você deve(isto) também.'

forçaria, segundo Ross, a admitir estruturas diferentes para essas sentenças. Devido a relação de (49) com (50)

(50) Es muss sein, dass Ottokar Krebs hat.

'É possível que Ottokar tenha cancer.'

ele conclui que, quando interpretado no sentido de possibilidade, muss deve ser inserido numa EP intransitiva.

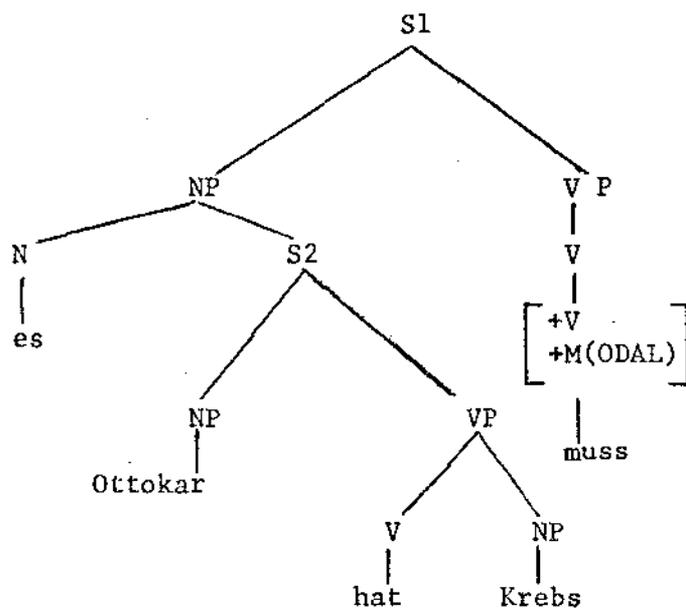
Assim, a sentença

(51) Ottokar muss Krebs haben,

'Ottokar deve ter cancer'.

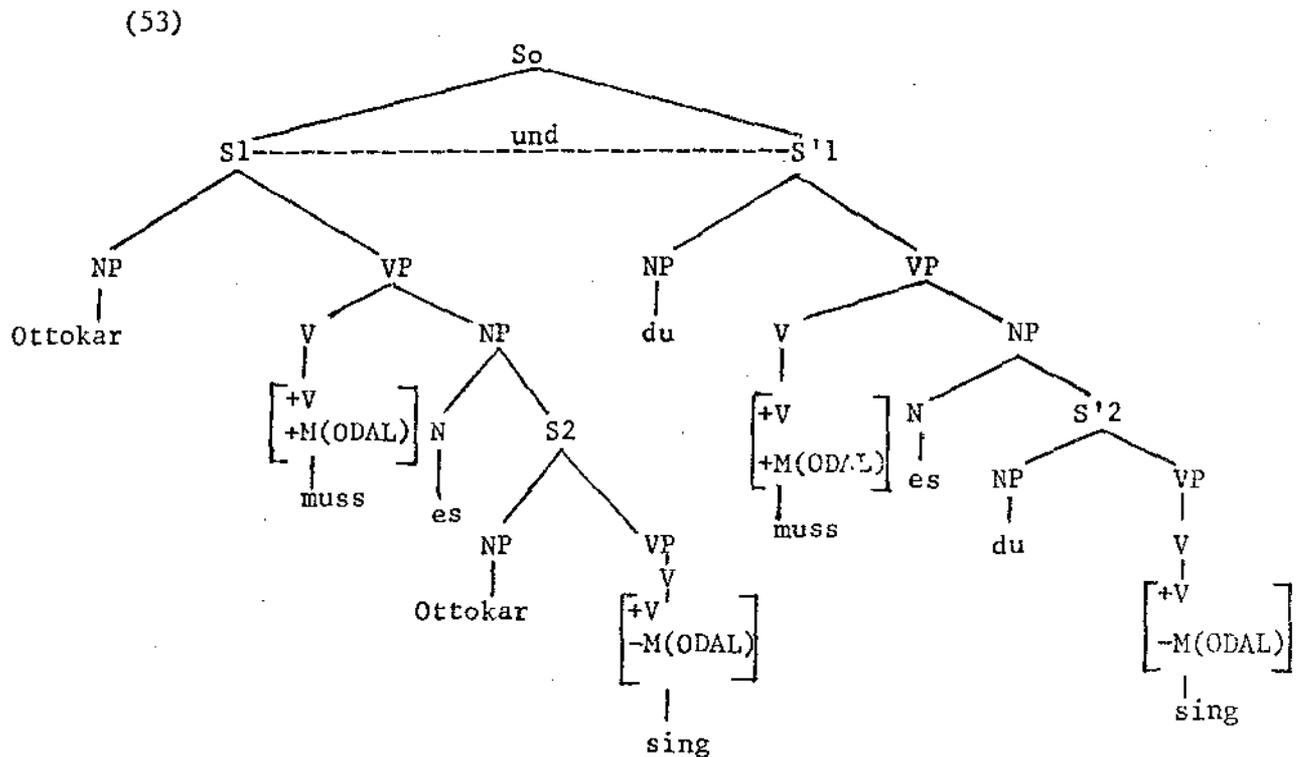
teria por EP

(52)



Verb-Final, regra obrigatória que move verbos das cláusulas dependentes para o final de seus VP's, operaria em S2. A seguir, com a aplicação de it-replacement, o sujeito da cláusula encaixada — Ottokar — tornar-se-ia o sujeito superficial do modal muss, e o VP da cláusula encaixada passaria a fazer parte do VP da Smatriz, chegando-se, assim, à derivação final de (51).

Examine-se, no entanto, a estrutura subjacente a (48), onde o modal muss recebe a leitura ter obrigação, dentro desta proposta de Ross:



Ross propõe que Sdeletion opere sobre S'2 a fim de apagá-la e levar à geração de (48). Observe-se, porém, que essa regra requer identidade do constituinte a ser apagado com a do outro que vai controlar o apagamento. É evidente que, em (53), S2 não pode determinar o apagamento de S'2, dada a inexistência de identidade entre esses constituintes. Conseqüentemente, a proposta de Ross não se mantém.

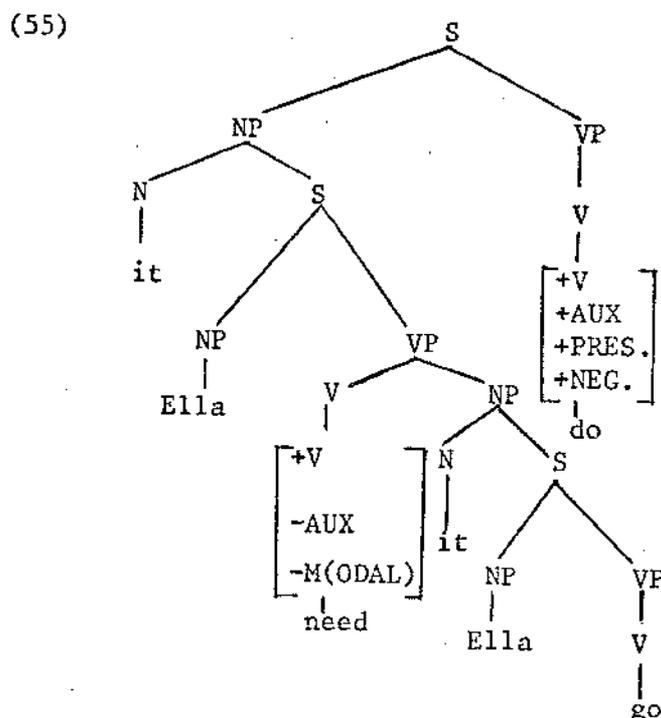
Um outro argumento desenvolvido por Ross para comprovar a hipótese que prevê a exclusão do nódulo AUX das regras de base, envolve os modais dare e need.

Em Aspects of the Theory of Syntax, as sentenças

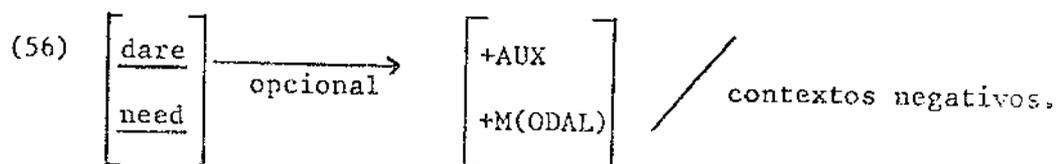
- (54) a. Ella doesn't need to go.
b. Ella need not go.

são analisadas como possuindo diferentes EP's. Em (54.a), need seria um verbo principal e em (54.b), um auxiliar.

Ross propõe, para essas frases, uma EP única:



e postula uma regra que transforma, opcionalmente, em $\left[\begin{array}{c} +AUX \\ +M(ODAL) \end{array} \right]$, os verbos dare e need, em contextos negativos:



A postulação dessa regra explicaria as duas possíveis output sentences, (54.a) e (54.b). No caso de sua não-aplicação, seria gerada a sentença (54.a). A sua aplicação levaria à derivação de (54.b).

A inadequação desta análise pode ser apontada mesmo

sem um exame mais detalhado dos passos do argumento, desde que se considere que ela não prevê a ocorrência de dare e need como $\left[\begin{array}{l} +V \\ +AUX \\ +M(ODAL) \end{array} \right]$ a não ser em contextos negativos. Entretanto, no seu uso na inversão, dare e need apresentam-se com as mesmas características dos elementos marcados pelos traços $\left[\begin{array}{l} +AUX \\ +M(ODAIS) \end{array} \right]$, cf.

(57) a. Dare we come?

b. Need they look?

Essa possibilidade de ocorrência de dare e need com os traços $\left[\begin{array}{l} +AUX \\ +M(ODAL) \end{array} \right]$ num contexto não-negativo como o de (57), não se encontra prevista na proposta feita por Ross e aponta para a sua deficiência.

Ross conclui, no entanto, com base nos argumentos acima apresentados, que uma análise que dissocie AUX / V, como a de Chomsky, é imotivada e, conseqüentemente, deve ser abandonada.

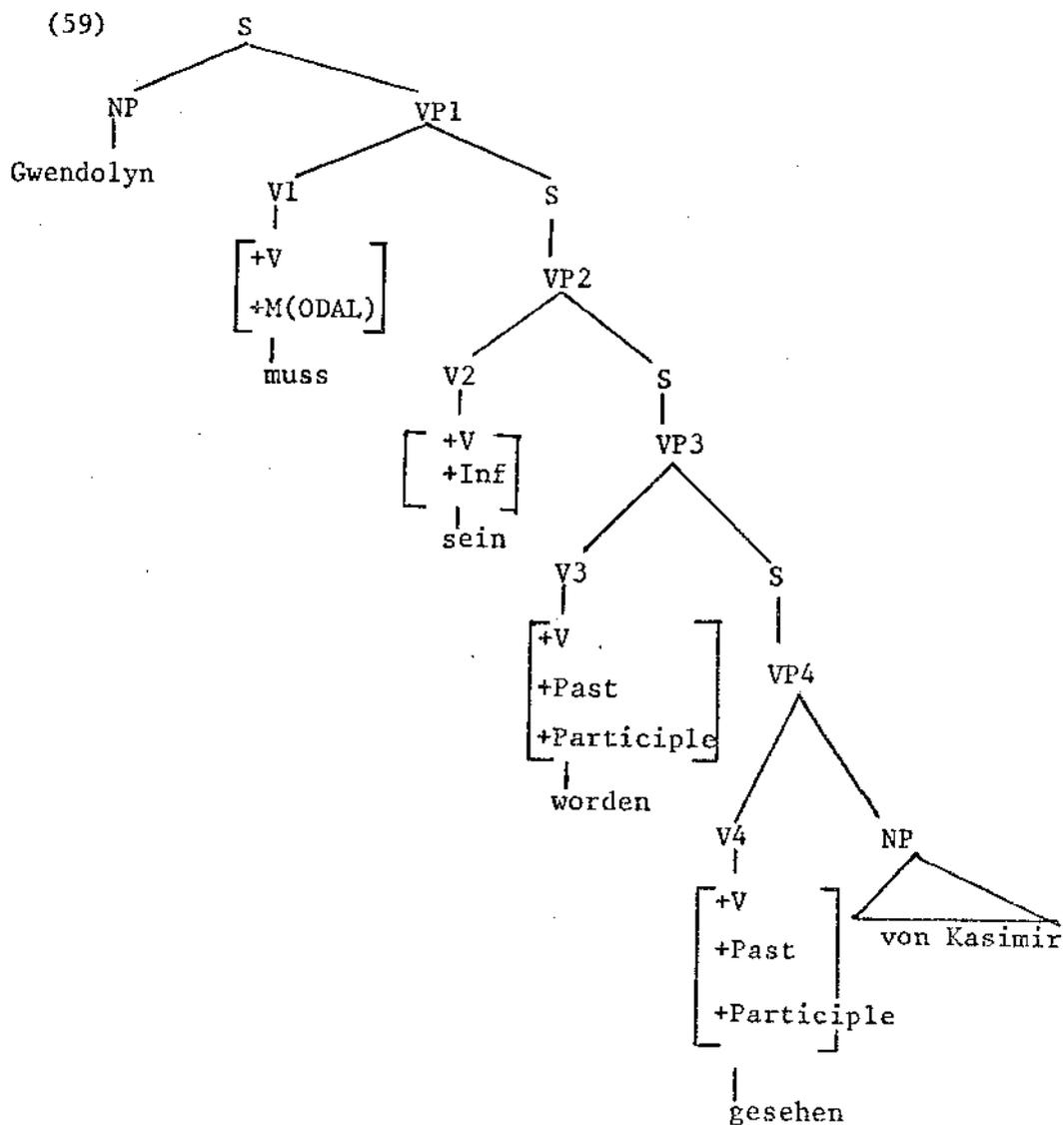
Na segunda parte de seu trabalho, Ross propõe que os verbos, termo que inclui o que tem sido chamado, tradicionalmente, de adjetivos, auxiliares, cópula e verdadeiros verbos, sejam diretamente dominados por um VP na estrutura profunda. A evidência para esta proposta seria encontrada no alemão e na obrigatoriedade que existe, nesta língua, da aplicação de VERB FINAL às cláusulas dependentes.

Assim, uma sentença como

(58) Gwendolyn muss von Kasimir gesehen worden sein.

'Gwendolyn deve ter sido visto por Kasimir'

teria, no momento da aplicação de VERB FINAL, uma estrutura do tipo (59):



VERB FINAL moveria V2 para o final de VP2, V3 para o final de VP3 e V4 para o final de VP4, invertendo a ordem de base dos três verbos e levando à derivação de (58).

Ross afirma ser absolutamente necessária a consideração de quatro VP's em (58), uma vez que existem outros pares de cláu

sulas principais / cláusulas dependentes que mostram que a regra VERB FINAL deve produzir alteração de ordem entre o verbo principal e o "auxiliar" da passiva werden, entre o verbo principal e sein(ser), entre o verbo principal e o "auxiliar" modal müssen (dever).

O exame destes dados leva Ross a concluir que os chamados auxiliares seriam introduzidos nas estruturas profundas do mesmo modo que os demais verbos, isto é, seriam imediatamente dominados pelo VP.

Observe-se, no entanto, que, segundo Ross, muss deve ocorrer numa estrutura intransitiva, quando interpretado como possibilidade. Para uma sentença como

(58) Gwendolyn muss von Kasimir gesehen worden sein.

'Gwendolyn deve ter sido visto por Kasimir.'

na qual o modal muss só pode ser interpretado no sentido de possibilidade, e nunca no de ter obrigação - interpretação excluída pelo Perfeito -, ele propõe, incoerentemente, uma estrutura transitiva do tipo (59). Essa incoerência nas propostas apresentadas prejudica, irremediavelmente, a argumentação posterior.

Como vemos, pela discussão acima, nenhum dos argumentos dados por Ross, contra a auxiliaridade dos modais, se mantém quando examinados criticamente. Em vista disso, temos de concluir que nenhum desses argumentos pode ser usado, como evidência em favor da hipótese que trata os modais como verbos principais. Entretanto, dado o fato de não ser implausível a hipótese de que os verbos considerados auxiliares sejam analisados como verbos principais, iremos, na seção

seguinte, examinar aspectos da sintaxe dos modais dever e poder, procurando determinar a validade ou não, como relação aos fatos do português, das análises alternativas propostas por Chomsky e por Ross.

NOTAS

1 Observe-se que, nessa primeira versão, o auxiliar de Passiva é gerado pelas regras de base.

2 Chomsky postula, em Syntactic Structures e em Aspects of the Theory of Syntax, um modelo de descrição lingüística que leva em consideração um nível profundo, onde são geradas as EP's - input - para a interpretação semântica -, e um nível transformacional que leva à derivação das ES's (Estruturas Superficiais) - input para a interpretação fonética.

Posteriormente, Chomsky (1970) mostra que, para se dar conta de uma correta interpretação semântica de um certo número de construções, inclusive algumas que envolvem a ocorrência de modais, há necessidade de extensão da Teoria Standard, no sentido de serem admitidas possíveis contribuições da estrutura superficial para a delimitação do significado de uma expressão lingüística.

Para maiores detalhes, veja-se, também, Langendoen (1970).

3 Frequentemente, menciona-se o teste da interrogação (questão) como de definição de auxiliaridade, dado que, diante deste teste, verbos principais e auxiliares se comportam de maneira diferente.

Palmer (1965) prefere, no entanto, se referir ao teste da inversão, pelas razões que se seguem:

- . muitas questões podem ser feitas sem o uso da inversão, somente pela entonação;

.encontra-se o uso da inversão em sentenças que não são questões, especialmente as que se iniciam com os advérbios hardly, never, nowhere, nas quais se observa uma diferença comportamental entre auxiliares e verbos principais.

Por outro lado, como nem toda inversão é teste para definição de auxiliaridade, uma vez que, quando o adjunto adverbial de lugar se encontra em posição inicial na frase (cf. *Into the room, walked John*), o verbo troca de posição com o sujeito, Palmer restringe este teste às interrogativas que apresentam a frase verbal descontínua (dividida por uma frase nominal, sujeito da cláusula), e às sentenças que se iniciam com os advérbios seldom, hardly, etc.

4

Em Irregularity in Syntax (1970), Lakoff aponta a necessidade de se postular uma transformação que permuta sujeito e objeto de alguns adjetivos e verbos, a fim de explicar a relação existente entre pares de sentenças como

(i) What he did amused me.

I was amused at what he did.

(ii) What he did surprised me.

I was surprised at what he did.

(iii) What he had done pleased her.

She was pleased at what he had done.

(iv) His explanation satisfied me.

I was satisfied with his explanation.

(v) I enjoy movies.

Movies are enjoyable to me.

A esta transformação ele dá o nome de FLIP. Ela se aplica a adjetivos e verbos e deve se referir a $\left\{ \begin{array}{l} \text{adjetivo} \\ \text{verbo} \end{array} \right\}$ na sua descrição estrutural.

⁵ Entretanto, conforme foi apontado pelo Professor Brian Head na ocasião da defesa deste trabalho, a análise de Ross pode ser modificada para dar cobertura ao caso do substituto does.

Verifica-se que a extensão da substituição promovida por so e does não é a mesma. Assim, so seria um Pro S, mas substituiria apenas S encaixadas, enquanto que does substituiria V ou todo o VP da S^S matriz.

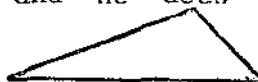
Essa proposta encontraria motivação no seguinte conjunto de fatos:

(vi) I hope that we will win in Vietnam and so does he .



S : that... V: hopes
encaixada

(vii) I hope that we will win in Vietnam and he does too .



[VP]: hopes that ...
S^S matriz

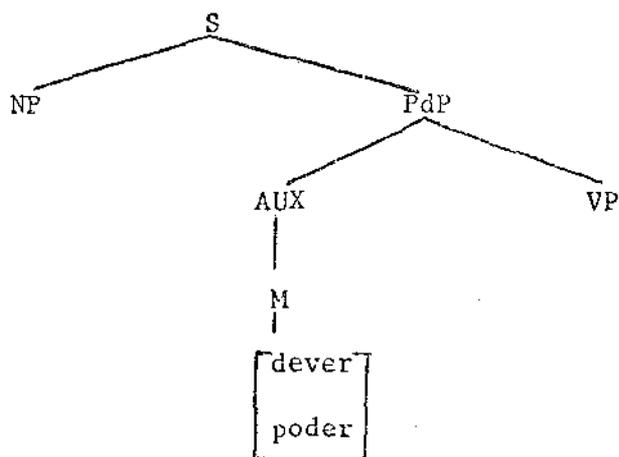
3.0 A Investigação do comportamento sintático dos modais dever e poder

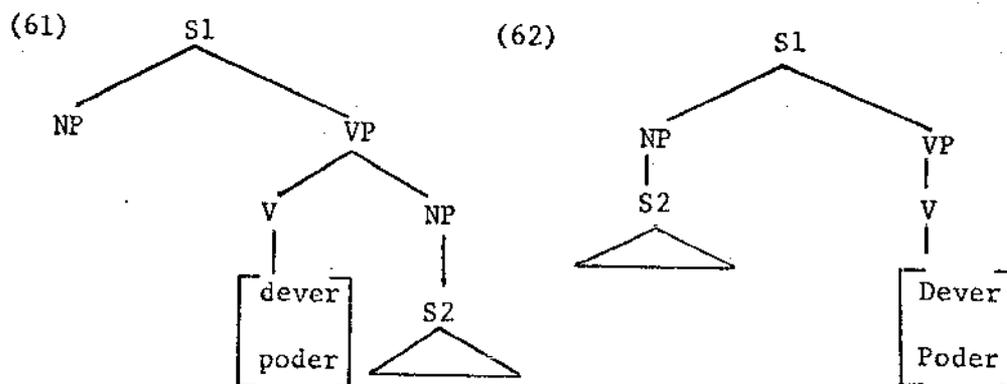
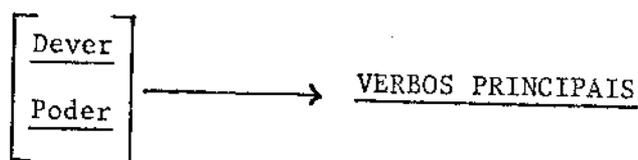
Dentro da Gramática Gerativa, conforme o que foi a apresentado em 2.0, existem divergências quanto ao enfoque do problema dos modais, com Chomsky admitindo a existência de uma categoria sintática especial M, ligada ao nódulo AUX, e Ross considerando imotivada a distinção entre V e AUX. Vimos que nenhum dos argumentos dados por Ross se mantêm, quando criticamente examinados. Entretanto, a hipótese, de que os modais sejam analisados como verbos principais, não é implausível. Assim, nesta seção, iremos investigar o comportamento sintático dos modais dever e poder e testar as hipóteses anteriores que os tratam ou como verbos auxiliares ou como verbos principais.

Com base nessas hipóteses, dever e poder seriam inseridos num dos seguintes tipos de estrutura profunda:



(60)

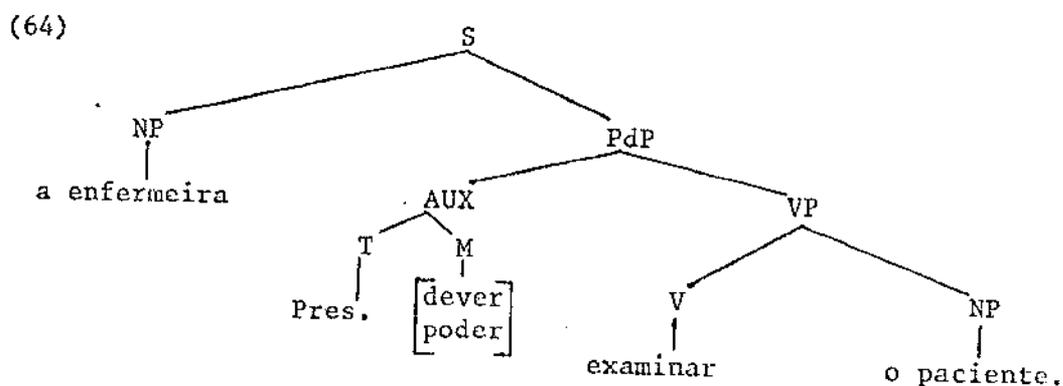




Assim, uma sentença como

(63) A enfermeira deve
pode examinar o paciente

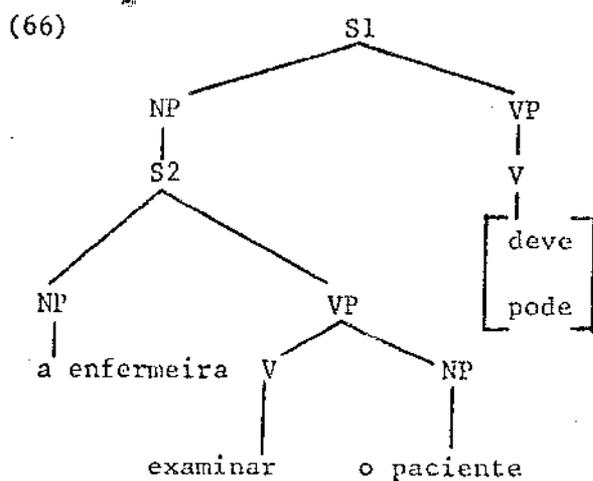
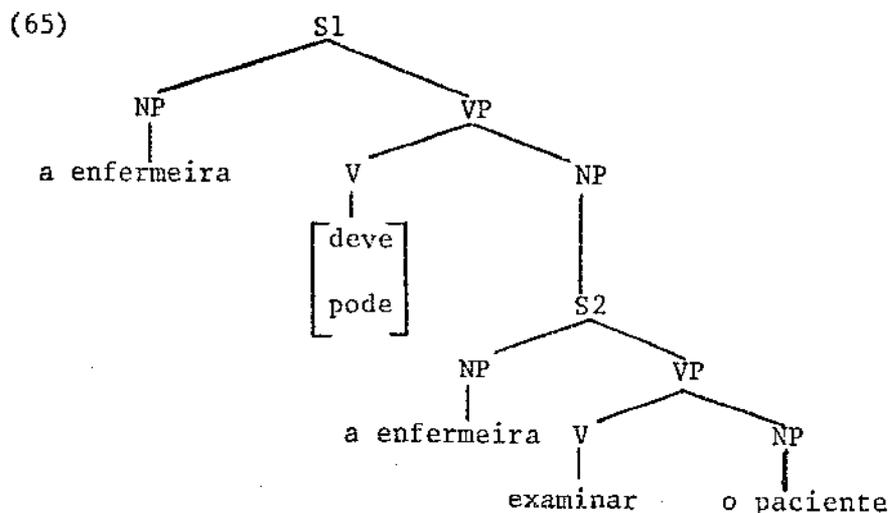
poderá ser analisada como constituída de apenas uma S, como dever e poder considerados auxiliares (hipótese de Chomsky) e apresentará, en tão, a seguinte EP subjacente:



Dentro desta proposta, fica a cargo das regras de interpretação semântica a atribuição aos modais de uma interpretação radical—dever: ser obrigado a; poder: permissão, habilidade—ou de u-

ma interpretação 'epistêmica' dever: conclusão; poder: possibilidade.

Uma outra alternativa será tratar dever e poder como uma subclasse dos verbos principais e, conseqüentemente, considerar, em (63), a existência de duas S's (hipótese de Ross). Neste caso, para dar conta da ambigüidade de (63), onde os modais dever e poder - podem receber uma interpretação 'radical' ou um interpretação 'epistêmica', ter-se-ã que admitir dois tipos de estruturas subjacentes, uma transitiva e outra, intransitiva:



A inserção de dever e poder numa EP do tipo (65).
daria conta da interpretação 'radical' desses modais e, numa EP do ti
po (66), da interpretação 'epistêmica'.

Nas subseções seguintes, vamos procurar apontar as
vantagens e desvantagens dessas diferentes abordagens e tentar buscar
motivações que permitam decidir a favor de uma ou outra análise.

3.1. A análise de dever e poder como AUXILIARES

Várias são as evidências favoráveis à consideração de dever e poder como auxiliares. A primeira delas prende-se ao fato desses elementos virem sempre seguidos de um infinitivo impessoal. Em português, quando se tem uma seqüência de duas formas verbais, registram-se as seguintes possibilidades:

Verbo Finito + Infinito:

(67) A enfermeira pretende examinar o paciente.

Verbo Finito + Prep. + Infinito:

(68) A enfermeira começa a examinar o paciente.

Verbo Finito + Gerúndio:

(69) A enfermeira permaneceu examinando o paciente.

Verbo Finito + Particípio:

(70) A enfermeira o vê sentado.

Quando a forma finita do verbo é ocupada por

dever
poder

 essa gama de possibilidades fica restrita apenas a Verbo Finito + Infinito, conforme se pode depreender da análise dos seguintes fatos:

(63) A enfermeira

deve
pode

examinar o paciente

V.Finito + Infinito

(71) *A enfermeira $\left[\begin{array}{c} \text{deve} \\ \text{pode} \end{array} \right]$ de examinar o paciente.²

V. Finito + Prep. + Infinito

(72) *A enfermeira $\left[\begin{array}{c} \text{deve} \\ \text{pode} \end{array} \right]$ examinando o paciente

V. Finito + Gerúndio

(73) *A enfermeira o $\left[\begin{array}{c} \text{deve} \\ \text{pode} \end{array} \right]$ examinado.

V. Finito + Particípio

Desde que se trate dever e poder como auxiliares modais, e desde que se postule na gramática do português as regras

(74) PdP \longrightarrow AUX $\overset{\text{VP}}$

(75) AUX \longrightarrow T (M+R) (ter+do) (estar+ndo)

as restrições, acima estabelecidas, estarão sendo observadas.

Um segundo argumento relaciona-se com a transformação passiva. Sejam as sentenças :

(76) A enfermeira tem examinado o paciente.

(77) A enfermeira quer examinar o paciente.

A aplicação de Tpassiva a (76) e (77) leva à derivação de

(78) O paciente tem sido examinado pela enfermeira.

(79) O paciente quer ser examinado pela enfermeira.

Um exame dessas sentenças mostra que (76) e (78) são

cognitivamente sinônimas, o mesmo não ocorrendo com (77) e (79). Em (77), a enfermeira deseja fazer alguma coisa enquanto que em (79), é o paciente que deseja algo. A conclusão, a que se chega, é que a aplicação de Tpassiva sobre uma sentença construída com o auxiliar ter³ leva à derivação de uma sentença cognitivamente sinônima. Os fatos não são paralelos, quando se aplica Tpassiva a uma sentença construída com um verbo transitivo do tipo querer.

Vejamos, agora, as sentenças construídas com

dever
poder

(63) A enfermeira

deve
pode

 examinar o paciente

(80) O paciente

deve
pode

 ser examinado pela enfermeira.

Debaixo da interpretação 'epistêmica', (63) e (80) poderiam ser consideradas expressões cognitivamente sinônimas, o que indicaria um paralelismo de comportamento entre dever e poder e o auxiliar ter. Logo, uma análise que considerasse dever e poder verbos auxiliares, encontraria motivação no teste da passiva.

Considere-se, agora, um terceiro argumento relacionado com a construção que recebe, nas gramáticas tradicionais, o nome de passiva impessoal. A sentença (81) que apresenta o auxiliar ir⁴ antes do infinito e sujeito indeterminado, permite esse tipo de construção:

(81) Alguém vai examinar os pacientes.

(82) Vão-se examinar os pacientes (= Os pacientes vão ser examinados por alguém).

Note-se a obrigatoriedade de concordância do auxiliar com o termo que é NObjeto da frase na sua forma ativa, obrigatoriedade que pode ser constatada pela não-gramaticalidade da sentença(83), onde essa concordância não se verifica :

(83) *Vai-se examinar os pacientes.⁵

Examinem-se, agora, os seguintes fatos:

(84) Alguém

pretende
parece

 examinar os pacientes.

(85) *Pretendem-se examinar os pacientes.

(86) *Parecem-se examinar os pacientes.

A generalização a que se chega é a de que, no caso do infinitivo ser precedido por um verbo transitivo, do tipo de pretender ou por um verbo intransitivo, do tipo de parecer, não é permitida a chamada construção passiva impessoal.

Quando o infinitivo é precedido por

dever
poder

, tem-se:

(87) Alguém

deve
pode

 examinar os pacientes.

(88)

Devem-se
Podem-se

 examinar os pacientes (= Os pacientes

devem
podem

 ser examinados por alguém.

A análise destes fatos revela um paralelismo de comportamento entre o auxiliar ir e os modais, permitindo detectar, aí, uma forte evidência a favor de dever e poder como auxiliares.

Com base nos argumentos desenvolvidos acima, verificamos existir motivação para uma análise que trate dever e poder como

verbos auxiliares, ou seja, motivação para se postular na gramática do português, uma categoria lexical M, à qual se ligariam dever e poder. Há, entretanto, algumas dificuldades relacionadas com esta hipótese e elas serão discutidas a seguir.

Klein (1968), examinando fatos do espanhol, apontou o que ele considera as três inadequações fundamentais da gramática que incorpora, como parte do discurso, a categoria lexical M:

- . sua incapacidade para dar conta da múltipla ocorrência desses itens lexicais;
- . sua inabilidade para explicar, satisfatoriamente, mudança na significação dos modais, mudança determinada pela posição deles na seqüência verbal;
- . sua ineficácia quanto à solução de problemas que dizem respeito à negação.

Quanto à primeira área de dificuldade, Klein mostrou que a regra sintagmática

(89) AUX → Asp (M+R) (abe+do)(sta+ndo)

incluída no conjunto das regras de base pela gramática que incorpora a categoria lexical M, permite a derivação de apenas um modal ligado ao nódulo AUX e não prevê, portanto, a geração de sentenças gramaticais, como:

(90) debo poder cantar.

(91) puedo deber cantar.

(92) he de haber debido poder cantar

onde se verifica a ocorrência de dois e mesmo três modais.

Segundo Klein, a regra (89) poderia, presumivelmente, ser assim reformulada, a fim de dar conta desses dados:

(93) AUX → Asp(M+R)(abe+do)(M+R)(M+R)(sta+ndo).

Mas ele aponta que, além da aparência ad hoc dessa fórmula, ela não levaria à eliminação total das dificuldades, desde que se considerasse o problema de mudança de sentido de um dado modal, dependendo de sua posição dentro do nódulo AUX.

No português, registram-se, também, sentenças onde há possibilidade de múltipla ocorrência de aparentes auxiliares modais, como

(94) A enfermeira deve poder examinar o paciente.

Essa possibilidade, não prevista na regra (75), criaria dificuldades para uma análise que tratasse dever e poder como auxiliares.

A fórmula alternativa (93) proposta por Klein para dar conta da múltipla ocorrência dos modais, seria incapaz, no entanto, de dar conta da mudança de significação dos modais, mudança determinada pela posição deles na seqüência verbal. Segundo Klein, uma sentença como (90), por exemplo, como poder vindo depois de deber, poderia ser parafraseada como:

(95) debo ser capaz de cantar
(capacidade)

enquanto que uma frase como (70), com poder antecedendo deber, aceita

ria como paráfrase

(96) es possible que deba cantar.

(possibilidade)

Poder₁, com a leitura de possibilidade, não poderia ser inserido na segunda posição para os modais, pois isso levaria à derivação de frases não-gramaticais como:

(97) *debo poder₁ cantar.

Poder 2 (habilidade) teria sua ocorrência restringida à posição não-inicial ou inicial, exceto antes de outro modal, a fim de não se ter a derivação de sentenças como

(98) *puedo₂ deber cantar.

A fórmula alternativa, proposta para dar conta da múltipla ocorrência dos modais (93), falharia para predizer, corretamente, a agramaticalidade de (97) e (98), uma vez que os modais não são sujeitos à subcategorização estrita, contextual.

Segundo Klein, numa tentativa de salvar (93), poder-se-ia complicar a gramática com uma regra que subcategorizasse os modais de acordo com o contexto em que eles ocorressem:

$$\begin{array}{l}
 (99) \quad \text{poder}_1 \left[+M, + \left[\text{Asp} \left[\begin{array}{l} \left[+M \right] \\ \text{(abe + do)} \\ \text{(sta + ndo)} \end{array} \right] \right] \right] \\
 \text{poder}_2 \left[+M + \left[\text{Asp} \left[\begin{array}{l} \left[-M \right] \\ \left[+M \right] \end{array} \right] \right] + \left[\begin{array}{l} \left[+M \right] \\ \left[-(\text{abe+do}) \right] \end{array} \right] + \left[\begin{array}{l} \text{(abe+do)} \\ \left[-(\text{sta+ndo}) \right] \end{array} \right] \right]
 \end{array}$$

Deber poderia ser subcategorizado exatamente como poder, a fim de ser explicada a variação na sua significação, que é condicionada pela sua posição dentro do AUX: deber₁ = probabilidade, deber₂ = ser obrigado a.

Observe-se que, no português, a mudança de posição do modal dentro do nódulo AUX determinaria, também, mudança na sua significação, como se percebe em

- (100) a. A enfermeira pode ter estado examinando o paciente.
 b. A enfermeira tem estado podendo examinar o paciente.

Em (100.a), poder é interpretado no sentido de possibilidade e, em (100.b), no de habilidade ou permissão.

Diante destes fatos, para manter a validade da análise que considera dever e poder como auxiliares, teríamos que recorrer, como no caso do espanhol, a regras que subcategorizassem os modais, complicando a gramática.

A terceira dificuldade, apontada por Klein, se relaciona com a negação de sentenças contendo modais. De acordo com a Teoria Standard, a gramática deve estipular apenas um marcador Neg por sentença. As transformações podem ligar o marcador Neg a mais de um formante, com a condição, entretanto, de que não haja modificação de sentido.

Klein observou que uma sentença, como

(101) puedo cantar

admite duas construções negativas:

(102) a. no puedo cantar.

b. puedo no cantar.

(102.a) e (102.b) não são, no entanto, sinônimas, como estaria previsto na hipótese que tratasse poder como auxiliar. Para dar conta destes fatos, ainda dentro desta hipótese, ter-se-ia que propor uma outra alteração na gramática, a saber, a possibilidade de alteração de sentido de uma sentença, de acordo com a distribuição superficial do marcador Neg.

Para Klein, dada a inexistência de motivação independente para essa proposta, ela deve ser vista com grandes reservas. Além disso, ele assinalou o fato de não se ter problema paralelo com outros auxiliares, pois não se tem sentenças como:

(103) a. *ha no cantado.

b. *estoy no cantando.

Do mesmo modo que no espanhol, teríamos em português, na negação de sentenças contendo modais, mais uma problema a ser resolvido pela análise que os tratasse como auxiliares.

Observe-se as sentenças:

(104) a. A enfermeira não pode examinar o paciente.

b. A enfermeira pode não examinar o paciente.

O fato de (104.a) e (104.b) não serem cognitivamente sinônimas, uma vez que em (104.a) a negativa incide sobre poder e, em (104.b), sobre examinar, dificilmente seria explicado através da hipó

tese que analisa poder como auxiliar. Essa dificuldade se reforçaria desde que se confrontasse a gramaticalidade de (104.b) com a generalização existente, também em português, segundo a qual a negação não pode intervir entre o auxiliar e o verbo principal, cf. :

(105) *A enfermeira tem não examinado o paciente.

Por outro lado, a gramaticalidade da sentença

(106) A enfermeira não pode não examinar o paciente.

na qual se verifica a ocorrência de duas negações, se constitui, ainda, numa forte evidência contrária à consideração de poder como auxiliar, pois neste caso, a previsão seria de apenas um morfema de negação.

Além desses três problemas apontados por Klein e que encontram correspondência nos fatos do português, há outras dificuldades que surgiriam em decorrência da atribuição de uma EP do tipo (60) aos modais.

Assim, examinem-se as sentenças

- (107) a. A enfermeira

deve
<u>pode</u>

 ter examinado o paciente ontem.
- b. A enfermeira

devia
<u>podia</u>

 ter examinado o paciente hoje.

A não correspondência entre o tempo que se liga ao modal _____ presente, em (107.a) e passado, em (107.b) e o advérbio selecionado - ontem, em (107.a) e hoje, em (107.b) parece indicar que os verbos dever e poder, de um lado, e examinar de outro, têm seleção de tempo diferente. Uma vez que se confirmasse esta hipótese,

isto implicaria na rejeição da proposta que considera dever e poder como auxiliares, pois estaríamos postulando para (107.a) e (107.b), duas S's.

A hipótese levantada por Jenkins (1972), segundo a qual os modais must, can, will, shall, may, pertencem a uma categoria lexical diferente da dos verbos principais, se fundamentou em várias evidências de ordem sintática e morfológica, conforme vimos em 2.1. Ocorre, porém, que em português o elenco de testes usado por Jenkins para estabelecer essa diferenciação, vai operar num sentido totalmente inverso, uma vez que serve para assinalar um paralelismo de comportamento entre dever e poder e os verbos principais. Conseqüentemente, esses testes vão oferecer evidências contra uma análise que postule uma categoria Lexical M⁶, independente da categoria V, como se pode verificar nos fatos abaixo relacionados:

. INTERROGAÇÃO

(108) a. A enfermeira quer examinar o paciente?

b. A enfermeira

<u>deve</u>
<u>pode</u>

 examinar o paciente?

(109) a. Quer a enfermeira examinar o paciente?

b.

<u>Deve</u>
<u>Pode</u>

 a enfermeira examinar o paciente?

. OCORRÊNCIA EM CLÁUSULAS INFINITIVAS⁷

(110) a. A enfermeira quer examinar o paciente.

b. A enfermeira quer poder examinar o paciente.

(111) a. A enfermeira quer examinar o paciente.

b. A enfermeira deve poder examinar o paciente.

. CONCORDÂNCIA

(112) a. Eu quero

Tu queres

Ele/Ela quer

Nós queremos

Vós quereis

Eles/Elas querem

b. Eu posso / Eu devo

Tu podes / Tu debes

Ele/Fla pode / Ele/Ela deve

Nós podemos / Nós devemos

Vós podeis / Vós deveis

Eles/Elas podem / Eles/Elas
devem

. DERIVADOS NOMINAIS

(113) a. o querer

b. a possibilidade, o poder, o dever.

Pelos resultados obtidos, e exceção feita a dever que não ocorre em cláusulas infinitivas, conclui-se que a hipótese de se tratarem os modais como auxiliares não encontra, em português, apoio neste elenco de testes propostos para o exame de dados do inglês.

Várias são, pois, as dificuldades que se antepõem a uma análise que considera dever e poder verbos auxiliares. Na tentativa de evitá-las, vamos examinar, na subseção seguinte, a possibilidade de inserção dos modais em estruturas profundas do tipo transitivo (61) e do tipo intransitivo (62), o que implicaria na não -aceitação de uma categoria lexical M.

3.2 A análise de dever e poder como VERBOS PRINCIPAIS

Uma vez apontados os vários problemas decorrentes do tratamento de dever e poder como auxiliares, vamos testar a hipótese se que os considera verbos principais, atribuindo-lhes uma estrutura transitiva do tipo (61) ou uma estrutura intransitiva do tipo (62).

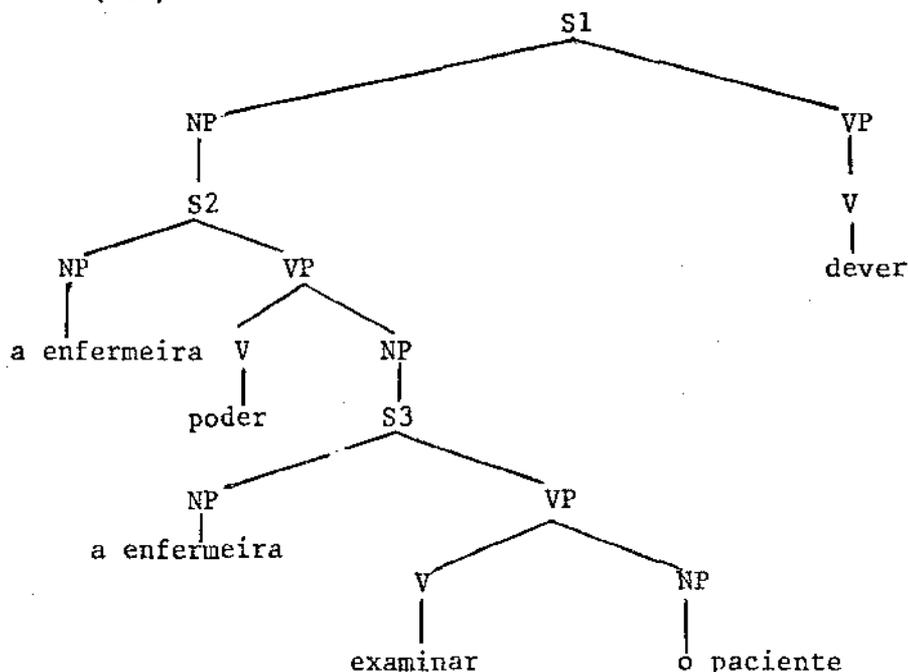
Dentro desta hipótese alternativa, não se registraria a primeira inadequação apontada por Klein (1968), da gramática que postula a existência da categoria M ligada ao nódulo AUX, a saber, sua incapacidade para dar conta da múltipla ocorrência dos modais. O tratamento dos modais como verbos principais não iria limitar a sua possibilidade de ocorrência e afastaria, assim, essa primeira dificuldade.

Uma sentença como

(114) A enfermeira deve poder examinar o paciente.

onde o verbo *dever recebe uma leitura epistêmica (probabilidade) e poder é interpretado no sentido de habilidade ou permissão teria, por estrutura subjacente,

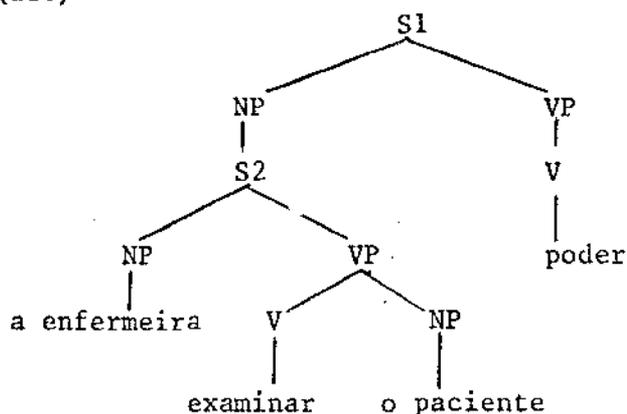
(115)



Logo, a consideração de dever e poder como verbos principais, daria conta da múltipla ocorrência de modais, o que não se verificava na análise precedente que os tratava como auxiliares.

A consideração de dever e poder como verbos principais eliminaria, também, a segunda área de dificuldades que consistia em encontrar uma explicação que não fosse ad hoc para a mudança de significação dos modais, motivada pela sua posição dentro da seqüência verbal. Essa mudança seria explicada em termos de ocorrência dos modais numa estrutura transitiva ou numa estrutura intransitiva. Assim, poder, desde que inserido numa estrutura transitiva, receberia a leitura de habilidade ou permissão, conforme se verificou em (115). Já a sua ocorrência numa estrutura intransitiva iria restringir a sua interpretação ao sentido de possibilidade. Em uma estrutura subjacente do tipo

(116)



o modal poder seria interpretado como possibilidade e a sentença que recebesse esse marcador, seria parafraseada como

(117) É possível que a enfermeira examine o paciente.

Quanto ao terceiro problema apontado por Klein, relacionado com a negação, a explicação para o fato de (104.a) e (104.b) não serem sinônimas,

(104) a. A enfermeira não pode examinar o paciente.

b. A enfermeira pode não examinar o paciente.

se seguiria, dentro da hipótese que considera poder, verbo principal, da circunstância de, em (104.a), estar sendo negado o verbo principal da Smatriz poder, e, em (104.b), o verbo principal da Sencalxada examinar.

A não-correspondência entre o tempo do modal e o advérbio de tempo selecionado, que se verifica no par de sentenças

(107) a. A enfermeira

deve
pode

 ter examinado o paciente ontem.

b. A enfermeira [devia
podia] ter examinado o paciente hoje.

e cuja explicação se constituía num problema dentro da análise anterior que inclui os modais no conjunto dos verbos auxiliares, não iria criar dificuldade para a análise que os considerasse verbos principais. Isto, porque ela iria prever a possibilidade de os verbos da Smatriz e S encaixada selecionarem tempos diferentes e, conseqüentemente, a possibilidade de não-correspondência entre o tempo do modal e o advérbio de tempo selecionado.

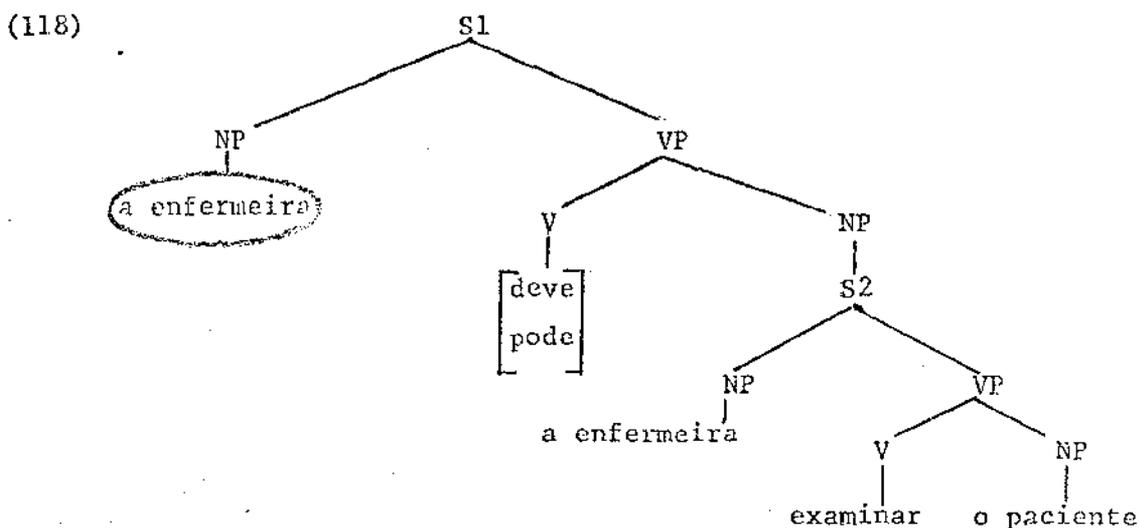
A atribuição de uma estrutura transitiva aos modais 'radicais' permitiria, também, detectar a mudança de tópico que se observa nos pares abaixo:

(63) A enfermeira [deve
pode] examinar o paciente.

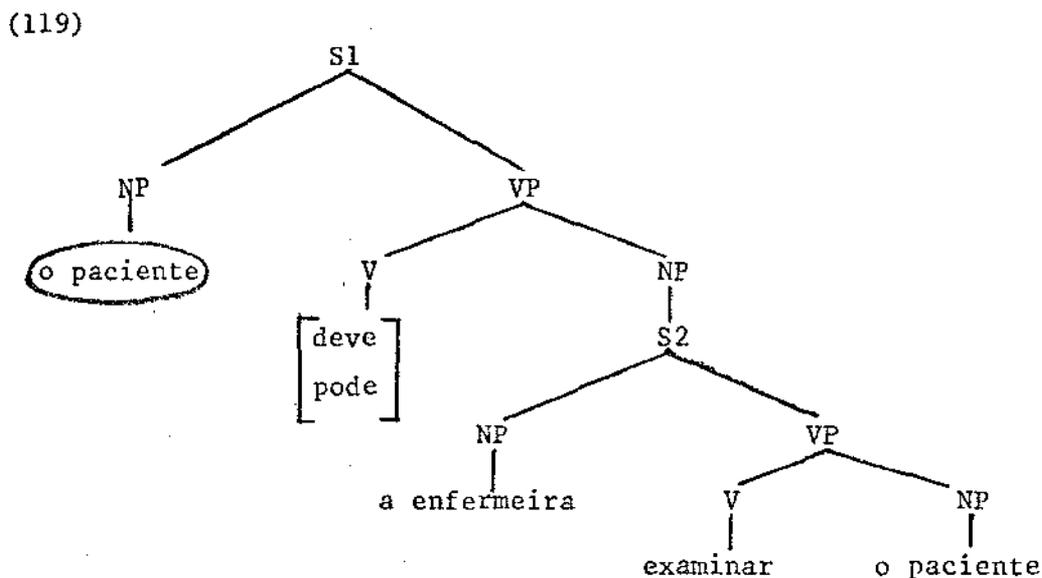
(80) O paciente [deve
pode] ser examinado pela enfermeira.

Assim, (63) apresentaria a seguinte estrutura subj

8
cente:



Já a EP subjacente a (80) seria:



Com a aplicação de passiva a S2 e a aplicação de C. S. C. (Cancelamento do Sujeito Complemento), possível, dada a condição de identidade existente entre o sujeito da Smatriz e o da Sencaixada, obtido após a aplicação de Passiva, seria derivada a sentença (80).

Portanto, uma análise que tratasse dever e poder como verbos principais, daria conta da diferença semântica observada entre (63) e (80), uma vez que o sujeito da Smatriz em (63) seria a enfermeira e, em (80), o paciente. Esta abordagem resolveria, assim, mais um dos problemas criados pela inclusão dos modais dever e poder no conjunto dos auxiliares.

Vemos, portanto, que há várias evidências favoráveis à eliminação da categoria lexical M da gramática do português e, conseqüentemente, à análise de dever e poder como verbos principais. Essa abordagem traz, no entanto, vários problemas que serão apontados a seguir.

Note-se, inicialmente, que a diferença semântica que se verifica, quando uma sentença construída com um modal 'radical' é submetida a Tpassiva, deixa de existir quando o NPobjeto não é marcado com o traço [+animado].⁹ Assim, as sentenças abaixo

(120) a. A enfermeira $\left[\begin{array}{c} \text{deve} \\ \text{pode} \end{array} \right]$ examinar a seringa.

b. A seringa $\left[\begin{array}{c} \text{deve} \\ \text{pode} \end{array} \right]$ ser examinada pela enfermeira.

nas quais o NPobjeto da ativa não é marcado com o traço [+animado], podem ser consideradas paráfrases, mesmo que os modais recebam uma interpretação 'radical'. Dentro da proposta que atribuí aos modais 'radicais' uma estrutura transitiva, não haveria possibilidade de explicar a sinonímia existente entre (120.a) e (120.b), uma vez que ela iria prever que, em (120.a), o sujeito da Smatriz seria a enfermeira e, em (120.b), a seringa.

Um outro argumento contrário à análise que insere os modais 'radicais' numa estrutura transitiva, baseia-se em certas propriedades distribucionais de itens lexicais como assistência e reforços. Esses nomes, sem artigo, não ocorrem livremente, mas apenas como NPobjeto dos verbos prestar, enviar, em expressões fixas do tipo prestar assistência, enviar reforços ou como NPsujeito de sentenças - que sofreram Tpassiva.

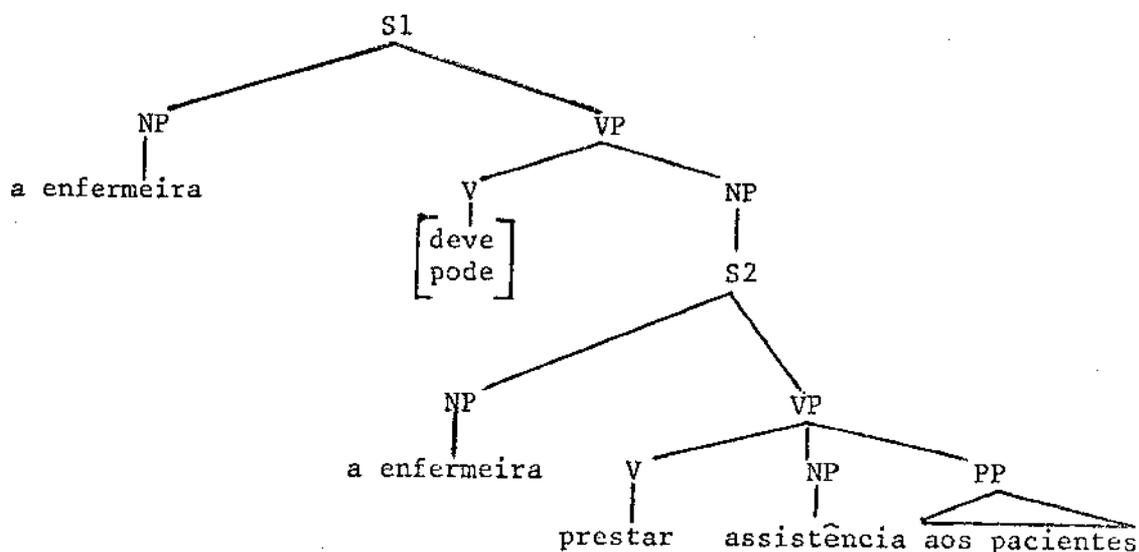
Sejam as sentenças

(121) a. A enfermeira $\left[\begin{array}{c} \text{deve} \\ \text{pode} \end{array} \right]$ prestar assistência aos pacientes.

b. Assistência $\left[\begin{array}{c} \text{deve} \\ \text{pode} \end{array} \right]$ ser prestada pela enfermeira aos pacientes.

Suponha-se que a EP subjacente a (121.a), com o modal recebendo uma interpretação 'radical', seja do tipo transitivo:

(122)

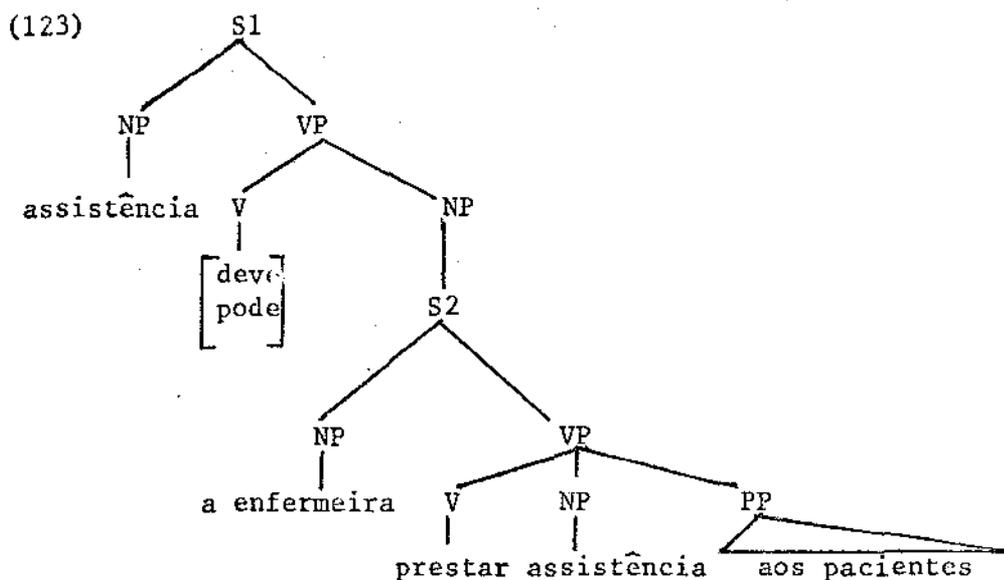


Com a aplicação de passiva a S2, temos:

(121) c. A enfermeira $\left[\begin{array}{c} \text{deve} \\ \text{pode} \end{array} \right]$ $\left[\begin{array}{c} \text{assistência ser prestada pela} \\ \text{enfermeira aos pacientes.} \end{array} \right]$

* Dada a não-identidade entre o sujeito da Smatriz e o sujeito da Sencaixada, nenhuma sentença gramatical poderia daí resultar⁽¹⁰⁾. Logo, a geração de uma sentença como (121.b) não seria explicada a partir de uma EP do tipo (122).

Suponha-se, alternativamente, que a estrutura subjacente a (121.b) seja



Neste caso, Tpassiva iria se aplicar a S2 e, em seguida, dada a existência da condição de identidade do sujeito da Smatriz com o sujeito da Sencaixada, seria derivada (121.b). Esta análise suscitaria, porém, um outro problema, pois, desde que fosse adotada, implicaria na perda da generalização, acima estabelecida, com relação à distribuição de nomes como assistência e reforços.

Por outro lado, com a rejeição dessa generalização, ter-se-ia que propor novas restrições, buscar novos mecanismos que impedissem a derivação de uma sentença como

(124) *Assistência deve ser necessária aos pacientes.¹¹

Um terceiro argumento contrário a essa análise apresentada para os modais 'radicais', prende-se a problemas de nominalização. Verbos transitivos admitem a nominalização do verbo da Sencaixada, como se pode observar em

(125) a. A enfermeira prefere obter lucros.

b. A enfermeira pretende obter lucros.

c. A enfermeira tenta obter lucros.

(126) a. A enfermeira prefere a obtenção de lucros.

b. A enfermeira pretende a obtenção de lucros.

c. A enfermeira tenta a obtenção de lucros.

Já os verbos dever e poder comportam-se diferentemente, não permitindo a nominalização do infinito que os segue:

(127) a. A enfermeira $\left[\begin{array}{c} \text{deve} \\ \text{pode} \end{array} \right] \text{obter}$ lucros.

b. *A enfermeira $\left[\begin{array}{c} \text{deve} \\ \text{pode} \end{array} \right]$ a obtenção de lucros.

O exame destes fatos evidencia a inadequação da proposta que inclui os modais 'radicais' na classe dos verbos transitivos.

Uma quarta evidência contrária à proposta de uma estrutura profunda do tipo transitivo para os modais 'radicais', refere-se às expressões não entender patavina, não entender nada. Elas não podem ser truncadas por um verbo transitivo direto, como se depreende da observação da agramaticalidade das seguintes sentenças:

(128) a.*A enfermeira não disse entender patavina.

b.*A enfermeira não tenta entender patavina.

O truncamento dessas expressões por dever e poder irá permitir, no entanto, a derivação de sentenças gramaticais como

(129) A enfermeira não $\left[\begin{array}{c} \text{deve} \\ \text{pode} \end{array} \right]$ entender patavina.

Ora, uma análise que considerasse dever e poder como verbos transitivos, debaixo de uma interpretação 'radical', não explicaria o não-paralelismo constatado.

Um outro argumento, contrário à atribuição de uma estrutura do tipo (61) aos modais 'radicais', refere-se às construções denominadas passivas impessoais.

As sentenças construídas com um verbo transitivo, como

(130) Alguém $\left[\begin{array}{l} \text{prefere} \\ \text{quer} \\ \text{tenta} \end{array} \right]$ examinar os pacientes.

não admitem a chamada passiva impessoal e daí a agramaticalidade de

- (131) a.*Preferem-se examinar os pacientes.
 b.*Querem-se examinar os pacientes.
 c.*Tentam-se examinar os pacientes.

Se substituirmos os verbos transitivos $\left[\begin{array}{l} \text{preferir} \\ \text{querer} \\ \text{tentar} \end{array} \right]$ em (131) por dever e poder, teremos a geração da sentença gramatical

(88) $\left[\begin{array}{l} \text{Devem-se} \\ \text{Podem-se} \end{array} \right]$ examinar os pacientes.

na qual os modais podem receber uma interpretação 'radical' ou uma interpretação 'epistêmica'.

Conseqüentemente, a gramaticalidade de (88) vs a não-gramaticalidade de (131.a), (131.b) e (131.c) dificilmente seria explicada dentro de uma gramática que englobasse, no conjunto dos ver

bos transitivos, os modais dever e poder, debaixo da interpretação 'radical'.

Uma quinta evidência diz respeito à generalização, existente em português, segundo a qual a conjunção que introduz S's. Verbos transitivos do tipo dizer, querer e outros, podem ser seguidos de uma Scompletiva, conforme os fatos abaixo:

- (132) a. A enfermeira disse [que o doutor examinou o paciente] .
 b. A enfermeira quis [que o doutor examinasse o paciente] .

Observe-se, porém, as sentenças abaixo, construídas com dever e poder:

- (133) a. *A enfermeira pode [que o doutor examine o paciente] .
 b. *A enfermeira deve [que o doutor examine o paciente] .

A agramaticalidade de (133.a) e (133.b) comparada à gramaticalidade de (132.a) e (132.b), seria mais um argumento contrário à atribuição de uma estrutura transitiva aos modais 'radicais'.¹²

Pelos argumentos acima apresentados, percebe-se, pois, a inadequação da análise que propõe para os modais 'radicais', uma EP do tipo (61).

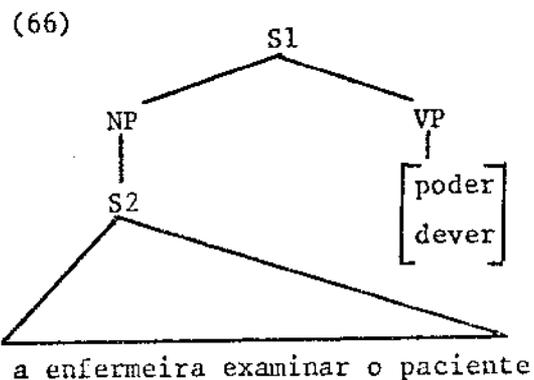
Vamos examinar, agora, os problemas decorrentes da inserção dos modais dever e poder, quando recebem interpretação 'epistêmica', em uma EP intransitiva, do tipo (62).

Seja a sentença

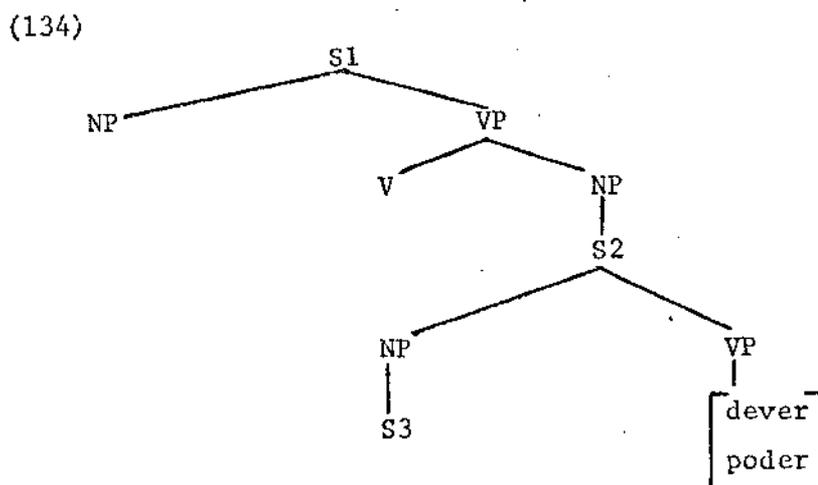
- (63) A enfermeira [deve
pode] examinar o paciente.

Sob a interpretação 'epistêmica', a EP subjacente a

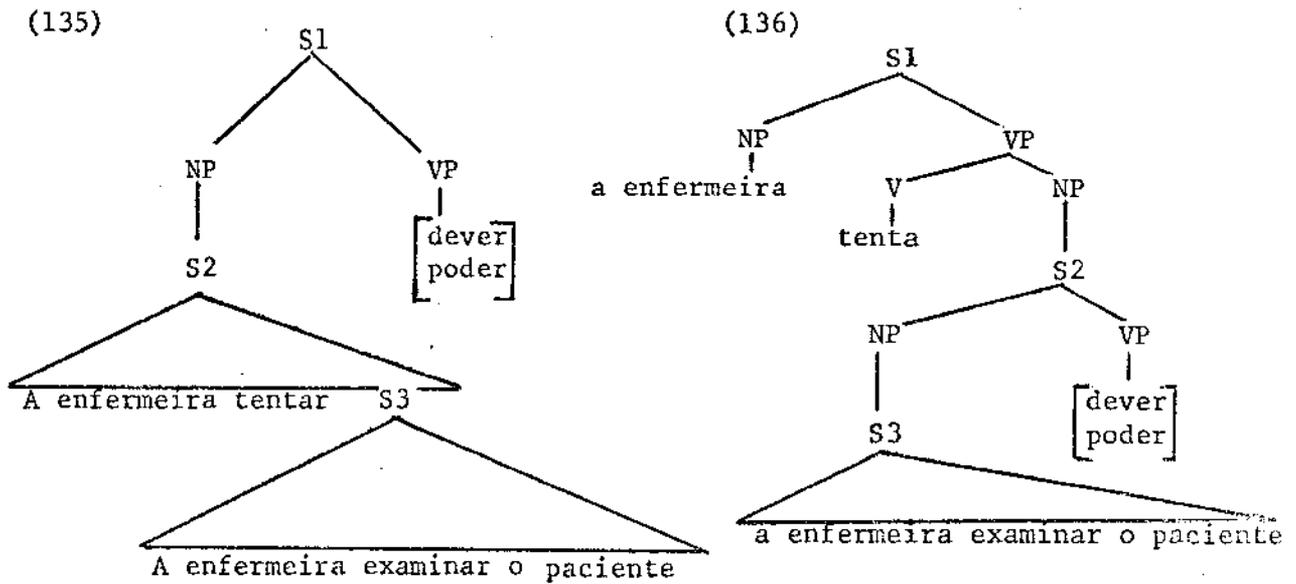
(63) seria



Dentro desta proposta, haveria possibilidade de inserção de dever e poder na Smatriz, como em (66) ou na Sencaixada, como em (134):



Assim, seria possível ter-se as EP's (135) e (136):



A EP (135) levaria à derivação de

(137) A enfermeira $\left[\begin{array}{c} \text{deve} \\ \text{pode} \end{array} \right]$ tentar examinar o paciente.

A EP (136) levaria à geração das sentenças:

(138) a. *A enfermeira tenta dever examinar o paciente.

b. A enfermeira tenta poder examinar o paciente.

A não-gramaticalidade de (138.a) parece, pois, que constitui uma evidência contrária à atribuição de uma estrutura do tipo (62) a dever. Quanto a poder, embora (138.b) seja uma sentença gramatical, note-se que o modal não recebe aí, uma interpretação 'epistêmica', mas é entendido como permissão ou habilidade (interpretação 'radical'). Ora, a proposta de uma estrutura do tipo (62) visava, essencialmente, dar conta do comportamento sintático dos verbos modais sob a interpretação 'epistêmica', o que não está acontecendo com estes fatos examinados. Logo, há evidência contrária ao tratamento de dever e

poder como verbos intransitivos, a fim de dar conta de sua leitura epistêmica.

Um outro argumento, contrário à inserção de dever e poder numa EP intransitiva, pode ser apresentado após o exame dos seguintes fatos:

- (139) a. Parece que a enfermeira examina o paciente.
 b. Consta que a enfermeira examinou o paciente.
 c.*Deve que a enfermeira examine o paciente.
 d.*Pode que a enfermeira examine o paciente.¹³

Verbos intransitivos do tipo parecer, constar, podem ser seguidos pela conjunção que, à qual cabe introduzir S's. Dada a gramaticalidade de (139.c) e (139.d), poderíamos detectar aí uma nova evidência contra a intransitividade de dever e poder.

Num trabalho sobre o verbo begin, Perlmutter (1967) apresenta vários argumentos para diferenciar verbos que ocorrem em estruturas transitivas, de verbos que ocorrem em estruturas intransitivas com sujeito sentencial. Um dos argumentos favoráveis à intransitividade de begin seria a possibilidade que esse verbo tem de tomar sentenças nominalizadas como sujeito,¹⁴ conforme o exemplo abaixo:

(140) The doling out of emergency rations began.

'A distribuição das rações de emergência começou'.

Observe-se que, no português, o verbo começar pode também ocorrer com sujeito que resultaria da nominalização de uma Sen caixada:

(141) A distribuição das razões de emergência começou.

Essa mesma possibilidade não se verifica com relação a dever e poder:

(142) a. *A distribuição das razões de emergência deve.

b. *A distribuição das razões de emergência pode.

A agramaticalidade de (142.a) e (142.b) reforçaria, pois, a argumentação contrária à intransitividade de dever e poder.

Uma outra evidência contrária ao tratamento de dever e poder como verbos principais intransitivos, sob uma interpretação 'epistêmica', relaciona-se com as construções com se. Há em português, uma generalização segundo a qual verbos que ocorrem com sujeito sentencial não admitem a construção com se, o que pode ser evidenciado através dos seguintes fatos:

(143) a. *Parece-se examinar o paciente.

b. *Consta-se examinar o paciente.

A atribuição de uma estrutura do tipo (62) a dever e poder não iria prever a ocorrência das sentenças gramaticais

(144) a. Deve-se examinar o paciente.

b. Pode-se examinar o paciente.

dada a inexistência de paralelismo nestes dados apresentados.

Os argumentos acima desenvolvidos indicam uma diferença entre o comportamento de dever e poder e os verbos intransitivos e oferecem, portanto, evidência contrária à proposta que atribui a es

ses modais, sob uma interpretação 'epistêmica', uma estrutura profunda do tipo (62).

Nesta subseção, bem como na anterior, procuramos investigar o comportamento sintático de dever e poder e tentamos explicar esse comportamento com base nas hipóteses que consideravam esses verbos ou como auxiliares ou como verbos principais. Verificamos, em virtude dos problemas que apresentam, a impossibilidade de decidir a favor de uma ou outra análise. Na seção seguinte, iremos apresentar uma hipótese alternativa, na tentativa de eliminar essas áreas de dificuldade.

NOTAS

¹ Veja-se Chomsky(1970), pp 83-85.

² Na linguagem popular, na linguagem arcaizante bem como na de bons clássicos da literatura portuguesa, conforme o que me foi apontado pelo Prof. Brian Head, na sessão de defesa deste trabalho, verifica-se a possibilidade de ocorrência do modal dever antecedendo Prep+Infinito, cf.:

(i) A enfermeira deve de cuidar do paciente.

Observe-se, porém, que esta possibilidade não se estende ao modal po-der:

(ii) *A enfermeira pode de cuidar do paciente.

Já o verbo poder, não-modal, pode se apresentar se-guido de preposição conforme se verifica no exemplo abaixo:

(ii') A enfermeira pode com o peso.

³ Vários são os testes que justificam a análise de ter como auxili- ar. Pontes (1971: 80-85) afirma que a classe que mais parece se encai-xar na regra de auxiliar é a de ter-do.

Entre as características de ter que justificam o seu tratamento - como auxiliar, temos:

. Comportamento diferente do dos verbos principais diante das cha-madas passivas impessoais:

(iii) Têm-se examinado os pacientes.

(iv) *Querem-se examinar os pacientes.

(v) *Parecem-se examinar os pacientes.

. Comportamento diferente do dos verbos principais, diante da ne-gação:

(vi) *A enfermeira tem não examinado os pacientes.

(vii) A enfermeira parece não examinar os pacientes.

(viii) A enfermeira quer não examinar os pacientes.

. Posição fixa na seqüência verbal.

Ter pode se encaixar, perfeitamente, na regra que reescreve AUX, uma vez que pode preceder estar - ndo, mas não pode segui-lo; deve se guir o modal, mas não pode precedê-lo. Coloca-se, sempre, entre (M) e (estar-ndo). Ex.:

(ix) a. A enfermeira deve ter examinado o paciente.

b. A enfermeira tem estado examinando o paciente.

c.*A enfermeira está tendo examinado o paciente.

4 É possível mencionarem-se vários argumentos que permitem considerar o modal ir, que expressa a noção de futuridade, como auxiliar. Entre esses argumentos, destacam-se os seguintes:

. Comportamento diferente do dos verbos principais, diante da negação:

(x) *A enfermeira vai não examinar o paciente.

(xi) A enfermeira pretende não examinar o paciente.

. Comportamento diferente do dos verbos principais, diante de negativas polares:

(xii) *A enfermeira vai não entender patavina do recado.

(xiii) A enfermeira disse não entender patavina do recado.

(xiv) A enfermeira não vai entender patavina do recado.

(xv)*A enfermeira não disse entender patavina do recado.

. Comportamento diferente do dos verbos principais, diante de Tras siva:

(xvi) a. A enfermeira vai examinar o paciente.

b. O paciente vai ser examinado pela enfermeira.

(xvii) a. A enfermeira pretende examinar o paciente.

b. O paciente pretende ser examinado pela enfermeira.

As sentenças (xvii.a) e (xvii.b), construídas com um verbo princi pal do tipo pretender, não são cognitivamente sinônimas, o mesmo não acontecendo com (xvi.a) e (xvi.b).

⁵ Alguns gramáticos, entre os quais Said Ali (1957), consideram(83) uma sentença bem formada, com se marcando a indeterminação do sujeito. No sentido de passiva, porém, é considerada não-gramatical.

⁶ Através da utilização do elenco de testes sintáticos apontados por Jenkins (1972) para definição de auxiliaridade, em inglês, Abaurre (1973), examinando os verbos modais do português, rejeita a hipótese que estabelece uma dicotomia entre M e V e conclui pela necessidade de analisá-los como verbos principais.

Conforme o que me foi apontado pelo Prof. Quicoli, assumindo-se que os testes de Jenkins caracterizam as generalizações a respeito da classe de auxiliares, verifica-se que a conclusão de Abaurre é, metodo logicamente, correta.

Entretanto, no decorrer do trabalho são reunidos vários argumentos empíricos mostrando que o elenco de testes propostos por Jenkins é i-

nadequado para determinar a auxiliaridade, em português. Conseqüentemente, a análise de Abaurre, que nele se apoia, embora correta do ponto de vista metodológico, se apresenta incorreta quanto ao problema de verificação empírica.

7 Observe-se que dever não é inserido em cláusulas infinitivas ou em 'poss-ing' cláusulas, conforme evidenciam os dados abaixo:

(ixx) *A enfermeira quer dever examinar o paciente.

(xx) *A enfermeira quer ter estado devendo examinar o paciente.

8 A aplicação de Tpassiva a S2 leva à derivação de

(xxi) A enfermeira $\left[\begin{array}{c} \text{deve} \\ \text{pode} \end{array} \right]$ $\left[\text{o paciente ser examinado pela enfermeira} \right]$.

Dada a não-identidade do sujeito da Smatriz com o sujeito da Sencaixada, obtido após a aplicação de Tpassiva, a derivação fica bloqueada neste estágio.

9 Este fato foi apontado por Newmeyer (1970) que, no entanto, não propôs qualquer solução alternativa para dar conta do problema.

10 A teoria de exceção absoluta de Lakoff (1970) explicaria este fato. Há itens que são marcados no léxico como requerendo, obrigatoriamente, a aplicação de uma determinada regra. Se a descrição estrutural dessa regra não for satisfeita e, conseqüentemente, ela não puder ser

aplicada, tem-se uma violação. Assim, os verbos dever e poder seriam marcados com relação ao traço SD (Descrição Estrutural) de ID - NP - DEL, isto é, precisariam encontrar a S.D. de ID - NP - DEL (exceção absoluta positiva). Como em (121.c) essa condição não foi satisfeita, não há possibilidade de derivação de uma sentença gramatical.

11

Compare-se a não-gramaticalidade de

(124) *Assistência deve ser necessária aos pacientes.

com a gramaticalidade de

(xxii) Assistência deve ser necessário aos pacientes.

A não-gramaticalidade de (124) poderia ser explicada pela inserção de um nome como assistência, sem artigo, na EP, não atendendo a generalização encontrada em português que impede que isto ocorra.

A não-concordância do adjetivo com o NPsujeito da ES (assistência-necessário), em (xxii), leva-nos a considerar que assistência não aparece na EP, como sujeito do VP da Smatriz, deve ser necessário. Poderíamos formular a hipótese de que aparece como NPobjeto da Sencaixada/sujeito, cujo verbo principal seria prestar. Sobre esse verbo e sobre seu sujeito indeterminado, operaria, tardiamente, Tgapping.

12

Esse argumento, no entanto, se enfraquece consideravelmente e pode, mesmo, ser invalidado, quando se observa que verbos transitivos, como tentar, que exigem identidade entre o sujeito da Smatriz e o da Sencaixada, não admitem a ocorrência do complementizador que introduzindo uma S, como se observa em

(xxiii) a.*A enfermeira tenta que ela examine o paciente.

b.*Tenta que ela examine o paciente.

Assim, a não-gramaticalidade de (133.a) e (133.b) poderia ser explicada não pela impossibilidade de inserção de dever e poder numa EP transitiva mas, sim, por uma restrição, segundo a qual os verbos transitivos que exigem identidade entre o sujeito da Smatriz e o da Sencaixada não poderiam ser seguidos pelo complementizador que.

13 Uma sentença do tipo (139.d), em alguns dialetos, é sentença boa, de uso corrente, normal, enquanto que em outros dialetos, entre os quais o meu, é sentença mal formada.

Alguns falantes que consideram (139.d) uma sentença gramatical, têm, no entanto, a intuição de que ela registra o apagamento de ser, derivando de

(xxiv) Pode ser que a enfermeira examine o paciente.

14 A não-gramaticalidade da sentença abaixo, construída com um verbo intransitivo e apresentando uma sentença nominalizada como sujeito, põe em dúvida a validade deste argumento a favor da intransitividade de um verbo:

(xxv) *A distribuição das razões de emergência parece.

4.0 Uma análise alternativa para dever e poder

Na seção anterior vimos que as hipóteses que consideravam os modais dever e poder ou como auxiliares ou como verbos principais, não se adequavam aos fatos do português. Em vista disto, vamos propor, na discussão que se segue, uma análise alternativa, que se fundamentará na constatação da dissemelhança de comportamento entre dever e poder.

Esses dois modais vêm, tradicionalmente, recebendo o mesmo tratamento nas análises sintáticas. Mesmo nos estudos mais recentes realizados dentro da Gramática Gerativa, verifica-se uma tendência a considerá-los elementos de um só conjunto e a lhes dar o mesmo tratamento.¹

Ora, há várias evidências contrárias à não-diferenciação desses dois verbos, e qualquer análise que pretenda alcançar o nível de adequação empírica, tem de tomá-las em consideração.

A primeira dessas evidências diz respeito à não-ocorrência de dever nas formas infinitivas:

- (145) a. *A enfermeira pode dever examinar o paciente.
- b. *A enfermeira está devendo examinar o paciente.
- c. *A enfermeira tem devido examinar o paciente.

Observe-se, porém, que poder não apresenta essas mesmas restrições:

- (146) a. A enfermeira quer poder examinar o paciente.

- b. A enfermeira está podendo examinar o paciente.
- c. A enfermeira tem podido examinar o paciente.

Outra dissemelhança de comportamento entre dever e poder diz respeito à negação e pode se assinalada quando se comparam os seguintes conjuntos de fatos:

- (147) a. A enfermeira deve examinar o paciente.
 - b. A enfermeira não deve examinar o paciente.
 - c.*A enfermeira deve não examinar o paciente.²
 - d.*A enfermeira não deve não examinar o paciente.
- (148) a. A enfermeira pode examinar o paciente.
 - b. A enfermeira não pode examinar o paciente.
 - c. A enfermeira pode não examinar o paciente.
 - d. A enfermeira não pode não examinar o paciente.

Enquanto em (147) a intervenção da negação entre dever e o infinitivo leva à derivação de sentenças não-gramaticais, o mesmo não ocorre com poder.

* Um terceiro argumento, que serve para indicar a existência de áreas de divergência no comportamento sintático de dever e poder, envolve o emprego de advérbios.

Considere-se as sentenças abaixo, onde se registra uma diferente distribuição do advérbio:

- (149) a. A enfermeira sempre deve examinar o paciente.
- b. A enfermeira deve sempre examinar o paciente.

Qualquer que seja a leitura atribuída a dever, isto é, receba esse verbo uma interpretação 'radical' ou uma interpretação 'epistêmica', (149.a) e (149.b) serão sinônimas. Assim, atribuindo-se a dever uma significação 'radical', essas sentenças serão interpretadas como:

- (149) c. A enfermeira tem obrigação de examinar o paciente, qualquer que seja o momento considerado.

Se, ao invés da interpretação 'radical' tivermos a interpretação 'epistêmica', (149.a) e (149.b) significarão:

- (149) d. Há uma causa (Y), não especificada na sentença, que obriga o falante a concluir que a enfermeira examina o paciente, qualquer que seja o momento considerado.

Com relação a poder, os fatos diferem dos anteriores. Assim, as sentenças

- (150) a. A enfermeira sempre pode examinar o paciente.
b. A enfermeira pode sempre examinar o paciente.

não são sinônimas. Em (150.a), sempre se liga ao verbo poder, enquanto que em (150.b) recai sobre o verbo examinar.

Esses argumentos acima apresentados, que apontam para um não-paralelismo de comportamento entre dever e poder, demonstram a necessidade de serem apresentadas propostas distintas na análise desses dois verbos. Nas subseções seguintes iremos, assim, examinar a

possibilidade de serem dispensados tratamentos diferentes a dever e poder.

4.1 Dever: verbo exclusivamente auxiliar

Procuramos, na discussão anterior, agrupar alguns fatos indicativos do não-paralelismo de comportamento entre dever e po-der. Com base nestes fatos, vamos, agora, tratar separadamente desses verbos, começando com dever.

Note-se, inicialmente, que a inadequação da hipótese que o considerava um auxiliar foi apontada não especificamente com relação a dever, mas ao conjunto dever e poder. Em consequência, vamos submeter essa hipótese a uma reavaliação, limitando-a a dever.

Esse verbo tem uma posição fixa na seqüência verbal, antecedendo sempre os constituintes (ter+do) e (estar+ndo) conforme se pode observar nas seguintes sentenças:

- (151) a. A enfermeira deve ter estado examinando o paciente.
b.*A enfermeira tem estado devendo examinar o paciente.

O quadro distribucional de dever permitiria encaixá-lo, perfeitamente, na regra que reescreve AUX,

(75) AUX \longrightarrow T (MODAL+R) (ter+do) (estar+ndo)

uma vez que suas possibilidades de ocorrência se restringem à posição imediatamente posterior a T, conforme prediz a regra.

Vejamos, agora, problemas referentes à distribuição paradigmática de dever.

Examinem-se os seguintes conjuntos de sentenças:

- (152) a. A enfermeira vai examinar o paciente.
 b. A enfermeira ia examinar o paciente.
- (153) a. A enfermeira quer examinar o paciente.
 b. A enfermeira queria examinar o paciente.
 c. A enfermeira quis examinar o paciente.
 d. A enfermeira tem querido examinar o paciente.
 e. A enfermeira está querendo examinar o paciente.
 f. Queira examinar o paciente!

O auxiliar modal ir (futuridade) se caracteriza por sua defectividade, dado que apenas é encontrado, como modal, no presente e imperfeito³ e excluído das formas não-finitas. Um verbo principal, do tipo querer, ocorre antes das formas não flexionadas de outro verbo, com a conjugação completa, diferentemente do que acontece com relação ao modal ir.⁴

Observem-se, agora, as construções com dever:

- (154) a. A enfermeira deve examinar o paciente.
 b. A enfermeira devia examinar o paciente.
 c.*A enfermeira deveu examinar o paciente.
 d.*A enfermeira tem devido examinar o paciente.
 e.*A enfermeira está devendo examinar o paciente.
 f.*Deve examinar o paciente!

A ocorrência do modal dever apenas no presente e imperfeito, aproxima-o do modal ir (auxiliar) e o afasta de um verbo principal do tipo querer. Assim, a distribuição paradigmática de de-

ver oferece evidência favorável à consideração desse verbo como um auxiliar modal.⁵

Uma outra evidência diz respeito à negação. Nota-se que há, em português, uma generalização, segundo a qual a negação não pode intervir entre o auxiliar e o verbo principal:

- (155) a. A enfermeira está examinando o paciente.
 b. A enfermeira não está examinando o paciente.
 c. *A enfermeira está não examinando o paciente.
 d. *A enfermeira não está não examinando o paciente.

- (156) a. A enfermeira vai examinar o paciente.
 b. A enfermeira não vai examinar o paciente.
 c. *A enfermeira vai não examinar o paciente.
 d. *A enfermeira não vai não examinar o paciente.

Essa generalização não se estende aos verbos principais, conforme se pode verificar nos exemplos abaixo:

- (157) a. A enfermeira quer examinar o paciente.
 b. A enfermeira não quer examinar o paciente.
 c. A enfermeira quer não examinar o paciente.
 d. A enfermeira não quer não examinar o paciente.

Dever se comporta como os auxiliares, frente à negação:

- (147) a. A enfermeira deve examinar o paciente.
 b. A enfermeira não deve examinar o paciente.

c.*A enfermeira deve não examinar o paciente.

d.*A enfermeira não deve não examinar o paciente.

Este seria, portanto, mais um argumento em favor de uma análise em que dever é tratado como auxiliar.

Quanto aos problemas envolvendo a distribuição de ad verbios, interessante é verificar que nas sentenças construídas com um auxiliar precedendo o infinitivo, a posição do advérbio, na seqüência verbal, não altera a significação delas. Assim, as sentenças abaixo são sinônimas.

(158) a. A enfermeira sempre tem examinado o paciente.

b. A enfermeira tem sempre examinado o paciente.

c. A enfermeira tem examinado sempre o paciente.

Compare-se com as seguintes sentenças, nas quais o auxiliar ter é substituído por dever:

(159) a. A enfermeira sempre deve examinar o paciente.

b. A enfermeira deve sempre examinar o paciente.

c. A enfermeira deve examinar sempre o paciente.

(159.a), (159.b) e (159.c) são sinônimas, quer seja atribuída a dever uma interpretação 'radical' ou uma interpretação 'epistêmica', conforme vimos em 4.0.

Já nas sentenças construídas com um verbo principal, os fatos não são paralelos:

(160) a. A enfermeira sempre tenta examinar o paciente.

b. A enfermeira tenta sempre examinar o paciente.

c. A enfermeira tenta examinar sempre o paciente.

Em (160.a), sempre recai sobre o verbo tentar, ao passo que em (160.b) e (160.c), sobre examinar.

Registra-se aqui, portanto, um paralelismo de comportamento entre dever e os verbos auxiliares.

Uma aparente objeção à análise que trata dever como auxiliar, é encontrada em Pontes (1971). Pontes argumenta que não há vinculação entre o tempo em que figura o verbo dever ('epistêmico') e o infinitivo que dele depende, conforme atestam os seguintes fatos:

(161) a. João deve ter estudado ontem.

b. João devia ter estudado hoje.

Esta seria, segundo a autora, uma das dificuldades para a análise que considerasse dever como auxiliar e iria se constituir num argumento favorável ao tratamento de dever como verbo principal. Dentro desta última proposta, em (161.a) o Tpresente se ligaria ao verbo dever, enquanto que o Tpassado de estudar permitiria a escolha do advérbio ontem.

Entretanto, se examinarmos melhor os fatos, veremos que o argumento não se mantém. Veja-se que, se considerássemos dever como verbo principal, teríamos dificuldade em explicar a não-gramaticalidade de

(162) *João deve estudar ontem.

frase em que dever pode receber uma interpretação 'epistêmica'. O tempo presente do verbo dever, inserido dentro desta hipótese na Smatriz,

não iria bloquear a ocorrência de ontem na Sencaixada e, conseqüentemente, seria gerada a sentença agramatical (162).

Por outro lado, examinando-se a não-gramaticalidade de

(163) *João quer ter estudado ontem

verifica-se que a explicação para a gramaticalidade de (161.a) não pode ser dada em termos da ocorrência de dever como verbo principal, pois nesse caso, (163), construída com o verbo principal querer, deveria ser uma frase bem formada.

Não procede, pois, esse argumento de Pontes contra a auxiliaridade de dever.

Os fatos acima mencionados mostram que a escolha do advérbio de tempo não se acha diretamente vinculada ao T da cláusula em que ocorrem. As sentenças que se seguem, envolvendo um auxiliar, parecem confirmar essa asserção:

(164) A enfermeira ia examinar o paciente $\left[\begin{array}{l} \text{ontem} \\ \text{hoje} \\ \text{amanhã} \end{array} \right]$.

O morfema do tempo passado do auxiliar não impede a ocorrência de hoje e amanhã. Logo, teríamos nestes fatos uma maior evidência para concluir pela não-vinculação da escolha do advérbio de tempo a T.

Um quarto argumento, favorável ao tratamento de dever como auxiliar, é o de que essa abordagem iria explicar a existência de sentenças como

(88) Devem-se examinar os pacientes.

nas quais se verifica a construção com se e a concordância com o NP da direita, paralelamente ao que ocorre nas sentenças construídas com auxiliares, e diferentemente do que se observa nas sentenças construídas com verbos principais:

(82) Vão-se examinar os pacientes.

(131.a) *Preferem-se examinar os pacientes.

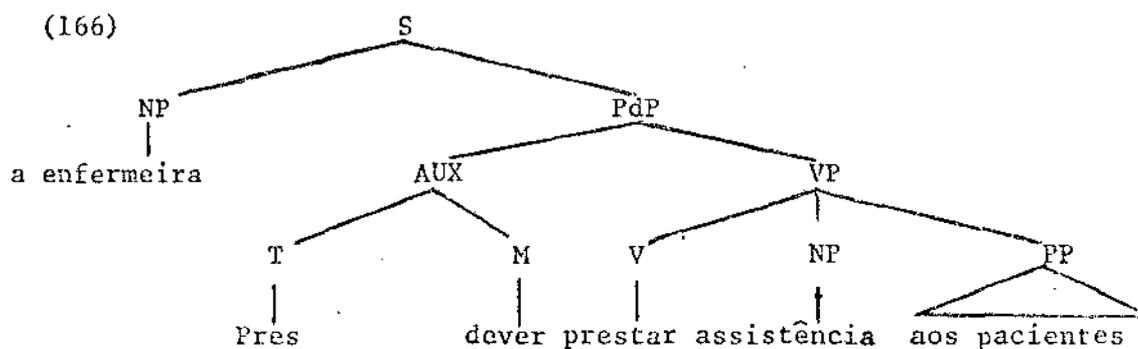
(165) *Parecem-se examinar os pacientes.

O quadro distribucional de nomes como assistência, reforços, que podem ocorrer na ES, sem artigo, somente quando Tpassiva se aplica a EP's nas quais eles aparecem como objeto dos verbos prestar e enviar, respectivamente, permite reforçar a argumentação favorável à auxiliaridade de dever.

Dentro desta hipótese, uma sentença como

(121.b) Assistência deve ser prestada pela enfermeira aos pacientes.

teria por EP



Com a aplicação da passiva (166), seria derivada a sentença (121.b).

Dentro desta análise, a derivação de uma sentença co
mo

(124) *Assistência deve ser necessária aos paciente.

seria bloqueada pela generalização acima estabelecida.

Outra consideração favorável ao tratamento de dever como auxiliar, prende-se à generalização existente em português, segundo a qual que introduz S's, cf:

(167) A enfermeira crê [que o médico seja um gênio] .

Uma sentença como

(63) A enfermeira deve examinar o paciente.

como dever analisado como auxiliar, teria apenas uma S e, daí, a não-possibilidade de ocorrência de

(139.c) *Deve [que a enfermeira examine o paciente] .

A explicação para a não-gramaticalidade de (139.c) se seguiria, pois, diretamente, da consideração de dever como auxiliar.

Vamos examinar, a seguir, o problema da passiva em relação às sentenças construídas com dever. A consideração de dever, como auxiliar, permitiria explicar a sinonímia entre

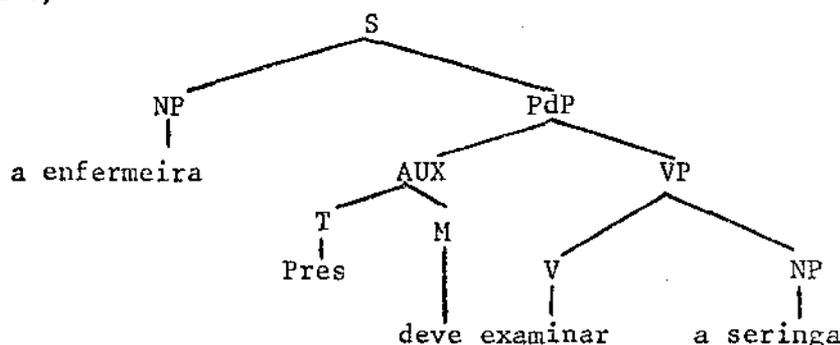
(120) a. A enfermeira deve examinar a seringa.

b. A seringa deve ser examinada pela enfermeira.

quer dever fosse interpretado no sentido de ser obrigado a, ou no de

conclusão, pois as duas frases viriam de uma única EP subjacente:

(168)



O problema, já apontado anteriormente, na subseção 3.2, seria o de explicar a não-sinonímia entre:

(63) A enfermeira deve examinar o paciente.

(80) O paciente deve ser examinado pela enfermeira.

quando dever é interpretado no sentido de ser obrigado a, e quando se tem um NPobjeto [+animado]. A obrigação recairia sobre a enfermeira em (63), e sobre o paciente em (80). Assim, uma análise que propusesse a mesma EP subjacente a essas sentenças, teria dificuldade em dar conta desses fatos.

Note-se, no entanto, que (80) é uma sentença ambígua, não apenas no sentido de que dever permite, aí, duas interpretações, a 'radical' e a 'epistêmica'. Mesmo debaixo, exclusivamente, da interpretação 'radical', essa sentença é ambígua, pois ela permite uma leitura, segundo a qual a obrigação recai sobre o paciente, ou outra leitura, com a obrigação recaindo sobre enfermeira. Uma ou outra leitura se seguirão, diretamente, da entonação dada à sentença:

(169) a. O paciente deve ser examinado pela enfermeira.

obrigação

b. O paciente deve ser examinado pela enfermeira.

obrigação

O fato, de se terem dois NP's [+ animado] , possibilitaria a atribuição da obrigação a um ou a outro. A entonação frasal é que seria indicativa da escolha feita. A não-ambigüidade de (120.b) seria decorrente da existência de apenas um NP [+ animado] , o único a permitir que a obrigação sobre ele recaísse.

Todos esses argumentos, somados, nos permitem considerar dever um verbo exclusivamente auxiliar. Desde que se atribua uma única descrição estrutural às sentenças construídas com esse verbo, quer ele receba uma interpretação 'radical' ou uma interpretação 'epistêmica', isto implica em considerar que a ambigüidade dessas sentenças não é de ordem sintática. As regras de interpretação semântica é que irão atuar sobre as EP's e ES's e, levando em conta condições contextuais e situacionais, dar conta das diferentes leituras desse verbo.

Assim, contrariamente ao que vem sendo postulado - nas análises mais recentes do português⁷, chegamos à conclusão de que dever, enquanto modal, se comporta como um auxiliar.

4. 2 Poder : verbo auxiliar e verbo principal

Em 4.0 , agrupamos fatos indicativos do não-paralelismo de comportamento entre dever e poder, o que motivaria uma análise que procurasse lhes dispensar tratamentos diferentes. A seguir, em 4.1., restringindo a pesquisa a dever, enquanto modal, concluimos pela adequação de uma análise que o trata como um verbo exclusivamente auxiliar.

Nesta subseção, a discussão se restringirá a poder.

Assinale-se, inicialmente, que este verbo não tem posição fixa na seqüência verbal, antecedendo ou sucedendo os constituintes (ter+do) e (estar+ndo), conforme se pode observar nas seguintes sentenças

- (100) a. A enfermeira pode ter estado examinando o paciente.
b. A enfermeira tem estado podendo examinar o paciente.

A distribuição desse verbo oferece, portanto, problemas a uma análise que o considera um verbo exclusivamente auxiliar, uma vez que ele não se enquadra na regra:

(75) AUX T (M+R) (ter+do) (estar+ndo)

Quanto à distribuição paradigmática de poder, ele se aproxima dos verbos principais, afastando-se dos auxiliares, uma vez que seu paradigma é completo:

- (170) a. A enfermeira pode examinar o paciente.

- b. A enfermeira podia examinar o paciente
- c. A enfermeira pôde examinar o paciente.
- d. A enfermeira está podendo examinar o paciente.
- e. A enfermeira tem podido examinar o paciente.
- f. Pode examinar o paciente!

Pelos fatos acima, verificamos a não-defectividade de poder, e isto se constitui num argumento contra o tratamento de poder como um verbo exclusivamente auxiliar, desde que consideremos esse teste como válido na definição da auxiliaridade de um verbo.

Vejamos, agora, o problema em relação à negação. O tratamento de poder como um verbo exclusivamente auxiliar não iria permitir manter a generalização de que, em português, a negação não intervém entre o auxiliar e o verbo principal, dada a gramaticalidade das sentenças:

(104.b) A enfermeira pode não examinar o paciente.

(106) A enfermeira não pode não examinar o paciente.

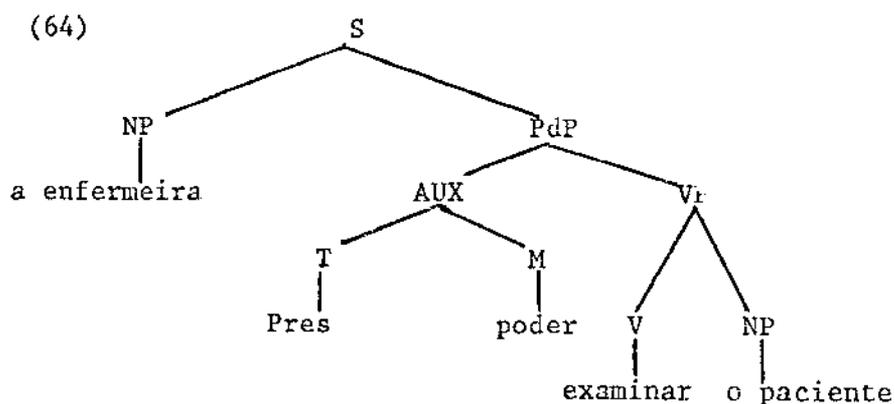
Assim, uma análise que considerasse poder um verbo exclusivamente auxiliar, teria que abrir mão dessa generalização e buscar uma explicação que não fosse ad hoc para a gramaticalidade dessas sentenças, em contraste com a não-gramaticalidade de (147.c) e (147.d).

Uma outra evidência contrária à auxiliaridade de poder, refere-se à distribuição dos advérbios.

Suponhamos que a EP subjacente a

(63) A enfermeira pode examinar o paciente .

seja

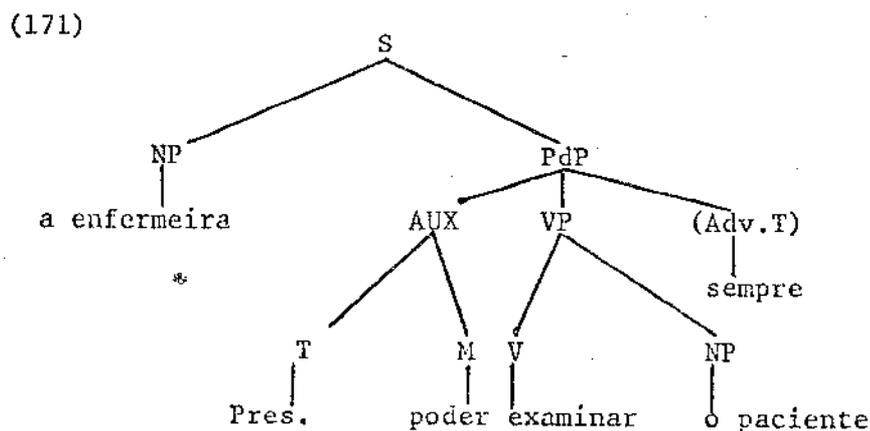


Neste caso, as sentenças

(150) a. A enfermeira sempre pode examinar o paciente.

b. A enfermeira pode sempre examinar o paciente.

teriam uma única EP:



Essa hipótese iria prever a sinonímia entre (150.a) e (150.b), dado que essas sentenças seriam geradas a partir de uma única estrutura subjacente. Ora, a sinonímia prevista não é registrada, pois em (150.a), o advérbio incide sobre poder e, em (150.b), sobre o verbo examinar. Trata-se, portanto, de mais uma evidência contrária à consideração de poder como exclusivamente auxiliar.

Em 4.1 reunimos argumentos que nos permitiram decidir a favor de hipótese que trata dever como um verbo exclusivamente auxiliar. Essa mesma hipótese não pode ser estendida a poder, dada a existência de uma sentença como

(94) A enfermeira deve poder examinar o paciente.

Se poder for analisado como um verbo exclusivamente auxiliar, estaríamos admitindo em (94) uma seqüência de dois auxiliares modais e perdendo a generalização de que só se tem um auxiliar modal por sentença.

Todos esses argumentos acima apresentados oferecem evidência contrária ao tratamento de poder como auxiliar e forçam sua análise como verbo principal.

Hã, no entanto, alguns fatos que sã podem ser explicados, desde que se considere a possibilidade de poder ser analisado, também, como um verbo auxiliar.

Assim, poder admite a construção com se e concordância, como o fazem os auxiliares:⁹

- (172) a. Vã-se examinar os pacientes.
 b. Tã-se examinado os pacientes.
 c. Devem-se examinar os pacientes.
 d. Podem-se examinar os pacientes.

Jã com os verbos principais, os fatos nã sã paralelos, como se observa em:

(173) a. *Querem-se examinar os pacientes.

b. *Tentam-se examinar os pacientes.

Logo, a existência de uma sentença como (172.d) é indicadora do funcionamento de poder como auxiliar.

Um outro argumento relaciona-se com a não-gramaticalidade de

(139.d)*Pode que a enfermeira examine o paciente.

Dentro de uma análise que considerasse poder unicamente como um verbo principal, seria difícil excluir-se (139.d), dada a ocorrência de

(139) a. Parece que a enfermeira examina o paciente.

(174) Quer que a enfermeira examine o paciente.

Note-se que um verbo transitivo do tipo querer e um verbo intransitivo do tipo parecer podem ser seguidos pela conjunção que, situação contrária à de poder¹⁰.

Uma outra evidência do funcionamento de poder como auxiliar, relaciona-se com negativas polares.¹¹

Observem-se as sentenças:

(175) a. A enfermeira não vai entender patavina do recado.

b. A enfermeira não pôde entender patavina do recado.

c.*A enfermeira não parece entender patavina do recado.

d.*A enfermeira não disse entender patavina do recado.

A gramaticalidade de (175.b), aproxima o verbo po-

der dos auxiliares e indica a não-adequação de uma análise que trate esse verbo como exclusivamente principal.

O exame de todos estes fatos nos obriga a reconhecer o funcionamento de poder como auxiliar e como verbo principal. Esta conclusão é interessante, pois não é óbvio que houvesse diferença sintática entre poder e dever. Justamente o contrário vinha sendo suposto em análises anteriores.

Em 4.1 mostramos que a conjugação dos auxiliares modais é incompleta, afastando-se do paradigma dos verbos principais. Poder no entanto, ocorre antes das formas não flexionadas de outro verbo, com a conjugação completa, conforme foi apontado em (170). Estaria havendo aí, portanto, um paradoxo entre as afirmações anteriores e o propósito de considerar poder, também, um auxiliar. Note-se, porém, que, quando ocorre além do presente e imperfeito, a gama de significações desse modal se restringe, sendo eliminada a interpretação 'epistêmica'. Com sua gama de significações completa, poder segue o paradigma dos auxiliares modais.

Desde que se proponha a análise de poder como auxiliar e como verbo principal, há necessidade de se determinar o tipo de estrutura na qual poder é inserido quando funciona como verbo principal, visto que, como auxiliar, ele entraria numa EP do tipo (60).

Há vários argumentos contrários à sua ocorrência numa EP transitiva, conforme vimos em 3.2, e esses argumentos se mantêm mesmo quando examinamos poder separadamente de dever. Resta, portanto, verificar se é válida a proposta de inseri-lo em uma estrutura intransitiva.

Em 3.2, apontamos que a sentença

(138.b) A enfermeira tenta poder examinar o paciente.

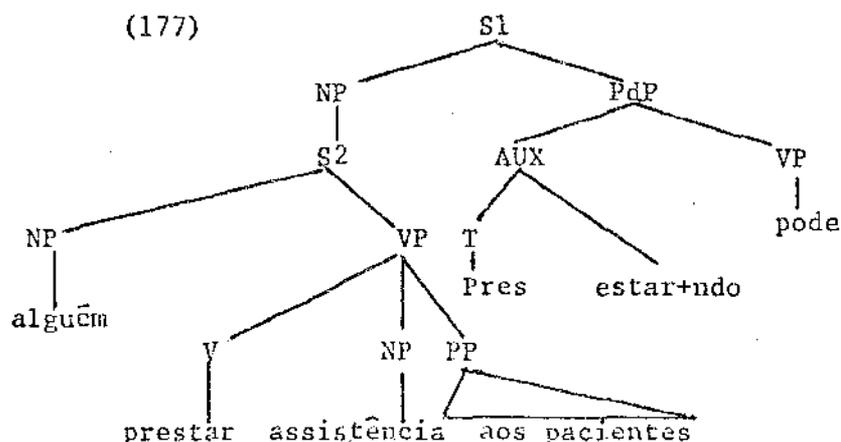
se constituía numa evidência contrária à atribuição de uma EP intransitiva a poder, uma vez que essa proposta objetivava dar conta do comportamento sintático de poder sob a interpretação 'epistêmica' e que, em (138.b), poder recebia uma interpretação 'radical'. Essa objeção desaparece, no entanto, agora, uma vez que a interpretação 'radical' ou a interpretação 'epistêmica' não serão mais decorrentes da inserção dos modais em estruturas profundas distintas.

Por outro lado, o tratamento de poder como verbo principal inserido numa EP intransitiva, permite manter a generalização referente à distribuição de nomes como assistência e reforços.

Em

(176) Assistência está podendo ser prestada aos pacientes..

teríamos que reconhecer o funcionamento de poder como verbo principal em virtude de sua distribuição sintagmática. Assim, (176) apresentaria a seguinte EP:



Com a aplicação de passiva à Sencaixada e com raising

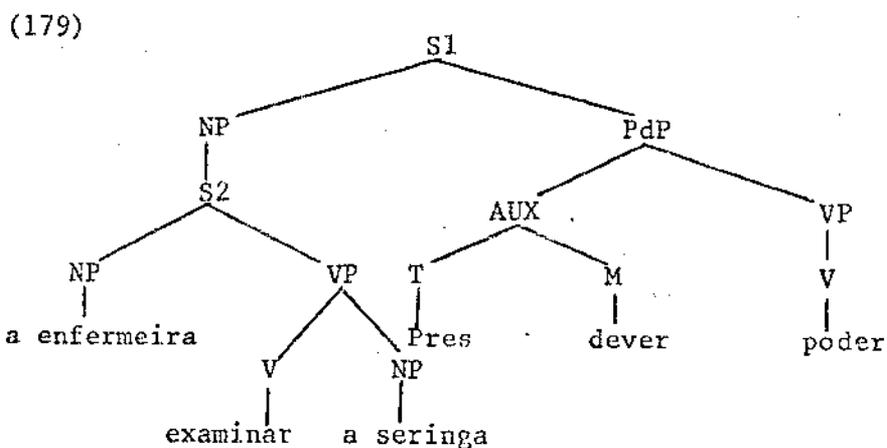
do sujeito obtido após a aplicação de passiva e o deslocamento do VP da Sencaixada para a direita de poder, seria gerada (176). Dentro dessa hipótese, a generalização envolvendo esses nomes seria mantida.

Quanto aos problemas relacionados com a transformação passiva, uma estrutura intransitiva seria capaz de solucioná-los.

Assim, a estrutura subjacente à sentença

(178) A seringa deve poder ser examinada pela enfermeira.

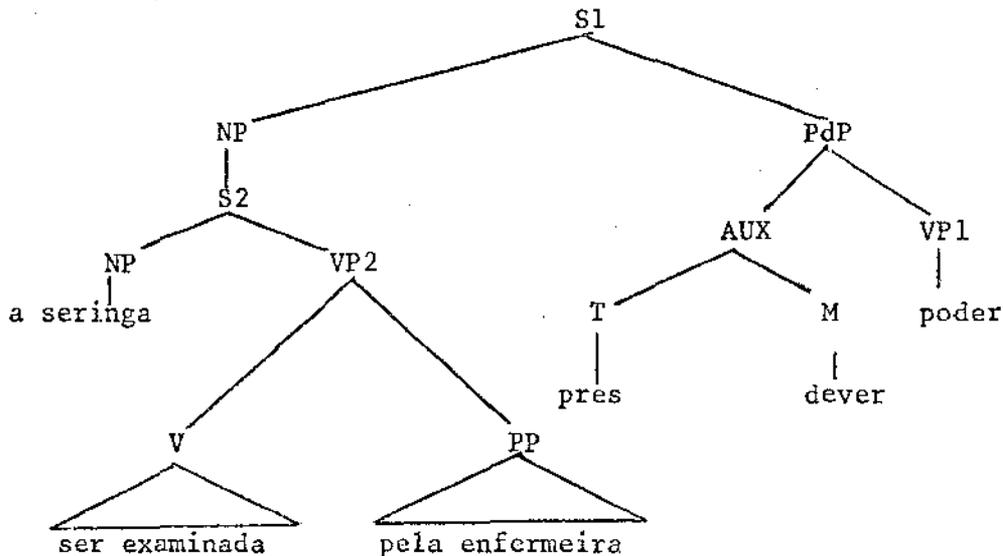
seria



Com a aplicação de passiva a S2, teríamos o seguinte

marcadõr

(180)



12

A seguir, a regra raising do sujeito iria operar e, após, com o deslocamento de VP2 para a direita de VP1, teríamos a derivação de (178).

Tpassiva se constitui, pois, em um argumento a favor da atribuição de uma EP intransitiva a poder, quando do seu funcionamento como verbo principal.

Os argumentos apresentados nesta subseção permitem justificar a hipótese, segundo a qual poder é um verbo que se comporta, no português, como auxiliar e como verbo principal intransitivo. Essa hipótese permite dar conta, de um lado, das semelhanças de comportamento detectadas entre dever e poder, uma vez que ambos podem ocorrer ligados ao nódulo AUX. Por outro lado, ao propor que apenas poder se comporta, também, como verbo principal, ela dá uma explicação natural para as áreas de não-convergência na distribuição desses dois verbos. Assim, nas formas não-finitas, poder se comporta como verbo principal e tem sua gama

de significações restringida, desaparecendo a leitura 'epistêmica' de possibilidade, conforme se percebe nas sentenças abaixo:

- (181) a. A enfermeira vai poder sair.
 b. A enfermeira está podendo sair.
 c. A enfermeira tem podido sair.

Dever, que é um verbo exclusivamente auxiliar, não aparece nas formas não-finitas, como pode ser verificado em:

- (182) a. *A enfermeira vai dever sair
 b. *A enfermeira está devendo sair.
 c. *A enfermeira tem devido sair.

Nesta distribuição, temos a ocorrência do verbo principal ter $\left[\begin{array}{c} \text{de} \\ \text{que} \end{array} \right]^{13}$, que aí aparece recebendo somente a interpretação 'radical':

- (183) a. A enfermeira vai ter $\left[\begin{array}{c} \text{de} \\ \text{que} \end{array} \right]$ sair.
 b. A enfermeira está tendo $\left[\begin{array}{c} \text{de} \\ \text{que} \end{array} \right]$ sair.
 c. A enfermeira tem tido $\left[\begin{array}{c} \text{de} \\ \text{que} \end{array} \right]$ sair.

Estes fatos podem ser esquematizados do seguinte modo:

FORMAS FINITAS		FORMAS NÃO-FINITAS
AUXILIAR	VERBO PRINCIPAL	VERBO PRINCIPAL
INTERPRETAÇÃO RADIC. E EPIST.	INTERPRETAÇÃO RADIC. E EPIST.	INTERPRETAÇÃO RADICAL
DEVER	-	TER [DE QUE]
PODER	PODER	PODER

A ambigüidade sintática de poder, isto é, sua possibilidade de ocorrência numa EP do tipo (60) ou do tipo (62), aparece somente quando ele se apresenta na forma finita.

NOTAS

¹ Pontes (1971) analisa dever e poder como verbos principais e procura encontrar os possíveis meios de gerá-los na EP. Abaurre (1973), examinando aspectos da sintaxe desses dois verbos, chega, também, à conclusão de que deveriam ser tratados como verbos principais e inseridos em estruturas transitiva e intransitiva, apesar desta análise deixar, como ela reconhece, alguns problemas em suspenso. Lobato (1975) também os trata como verbos principais, uma vez que delimita a classe dos auxiliares, no português moderno, a quatro elementos: ser(+pp), estar (+gar), ter (+pp) e haver (+pp).

² Em alguns dialetos, entre os quais o meu, são consideradas não-gramaticais as sentenças (147.c) e (147.d). Em outros dialetos, ao invés da rejeição completa, têm-se diferentes graus de aceitabilidade para essas sentenças.

Mesmo, no entanto, que se admita a sua gramaticalidade, há, ainda, argumentos de natureza semântica que irão apontar para a heterogeneidade de comportamento entre dever e poder em relação à negação, conforme veremos a seguir, numa descrição informal dos fatos baseada em nossa intuição.

Vamos nos deter, inicialmente, na investigação do comportamento semântico de dever quando recebe uma interpretação 'radical', isto é, quando é interpretado como ser obrigado a.

Considerem-se as sentenças:

(i) A enfermeira deve examinar o paciente para não prejudicar o

hospital.

- (ii) A enfermeira não deve examinar o paciente para não prejudicar o hospital.
- (iii) A enfermeira deve não examinar o paciente para não prejudicar o hospital.
- (iv) A enfermeira não deve não examinar o paciente para não prejudicar o hospital

e as seguintes convenções:

X = não prejudicar o hospital

S = examinar o paciente

\sim S = não examinar o paciente

Com o modal dever significando ser obrigado a, (i), (ii), (iii) e (iv) seriam interpretadas, respectivamente, como:

- (i') Há uma causa X que obriga a enfermeira a S .
- (ii') Há uma causa X que obriga a enfermeira a \sim S.
- (iii') Há uma causa X que obriga a enfermeira a \sim S.
- (iv') Há uma causa X que obriga a enfermeira a S.

Os fatos acima descritos podem ser esquematizados de seguinte modo:

(I) Dever \longrightarrow ser obrigado a \longrightarrow S

(i)	deve	+	+S
(ii)	\sim deve	+	\sim S
(iii)	deve \sim	+	\sim S
(iv)	\sim deve \sim	+	+S

A interpretação do esquema (I) nos leva às seguintes considerações: (i) e (iv) são sinônimas, o mesmo acontecendo com (ii) e (iii).

A sinonímia existente entre (i) e (iv) mostra que a ocorrência de duas negações em (iv) leva à sua anulação.

O fato de (ii) e (iii) receberem a mesma interpretação indica que a posição da partícula de negação, precedendo ou seguindo dever, não altera o sentido da sentença, uma vez que a negação incide sempre sobre o in finitivo que segue dever.

No caso de se atribuir ao modal dever uma interpretação 'epistêmica' (conclusão), os fatos seriam paralelos aos anteriores. Sob essa leitura, (i), (ii), (iii) e (iv) receberiam, respectivamente, as seguintes interpretações:

- (i'') Há uma causa X que obriga o falante a concluir S.
 (ii'') Há uma causa X que obriga o falante a concluir \sim S.
 (iii'') Há uma causa X que obriga o falante a concluir \sim S.
 (iv'') Há uma causa X que obriga o falante a concluir S.

A esquematização desses fatos leva à construção do quadro (II):

(II) Dever \longrightarrow obriga a concluir \longrightarrow S

(i)	deve	+	+ S
(ii)	~ deve	+	~ S
(iii)	deve ~	+	~ S
(iv)	~ deve ~	+	+ S

A interpretação de (II) nos faz perceber a sinonímia entre (i) e (iv) de um lado, e (ii) e (iii), de outro. Dado o paralelismo entre (I) e (II), as conclusões a que se pode chegar são também paralelas: as duas negações em (iv) são anuladas; a posição da partícula de negação não altera a significação da sentença, e daí o fato de (ii) e (iii) serem sinônimas.

A seguir, vamos examinar os fatos quando as sentenças são construídas com poder, delimitando, inicialmente, a investigação a poder interpretado como permissão ('radical').

Sejam as sentenças:

- (v) A enfermeira pode examinar o paciente para não prejudicar o hospital.
- (vi) A enfermeira não pode examinar o paciente para não prejudicar o hospital.
- (vii) A enfermeira pode não examinar o paciente para não prejudicar o hospital.
- (viii) A enfermeira não pode não examinar o paciente para não prejudicar o hospital.

(v), (vi), (vii) e (viii) seriam interpretadas, respectivamente, co

mo:

- (v') Há uma causa X que não obriga a enfermeira a \sim S.
 (vi') Há uma causa X que obriga a enfermeira a \sim S.
 (vii') Há uma causa X que não obriga a enfermeira a S.
 (viii') Há uma causa X que obriga a enfermeira a S.

Uma vez esquematizados, esses dados levariam à construção do seguinte quadro:

(III) poder (permissão) \rightarrow não ser obrigado a \rightarrow \sim S

(v)	pode	-	\sim S
(vi)	\sim pode	+	\sim S
(vii)	pode \sim	-	+S
(viii)	\sim pode \sim	+	+S

Não se registra, em (III), nenhum caso de sinonímia, diferentemente do que ocorre em (I) e (II). Ora, uma proposta que dispensasse o mesmo tratamento a dever e poder, estaria em contradição com esses fatos.

No caso do verbo poder receber a interpretação epistêmica, essas mesmas observações procedem, uma vez que teríamos:

- (v'') Há uma causa X que não obriga o falante a concluir \sim S.
 (vi'') Há uma causa X que obriga o falante a concluir \sim S.
 (vii'') Há uma causa X que não obriga o falante a concluir S.
 (viii'') Há uma causa X que obriga o falante a concluir S.

Uma vez esquematizados os fatos acima, teríamos:

(IV) poder(possibilidade) → ~ ser obrigado a concluir → ~ S

(v)	pode	-	~ S
(vi)	~ pode	+	~ S
(vii)	pode ~	-	+S
(viii)	~ pode ~	+	+S

Em (IV), não há casos de sinonímia, situação semelhante à apontada em relação a (III) e diferente da registrada em (I) e (II). Estes fatos motivariam uma proposta que dispensasse tratamento distinto a dever e po-der.

3 As sentenças abaixo registram a ocorrência de ir no perfeito do indi-
cativo (ix.a), em formas não-finitas (ix.b) e (ix.c) e no imperativo:

- (ix) a. A enfermeira foi examinar o paciente.
b. A enfermeira tem ido examinar o paciente.
c. A enfermeira está indo examinar o paciente.
d. Vã examinar o paciente!

A gramaticalidade dessas sentenças não constitui, entretanto, argu-
mento contrário à consideração da defectividade do modal ir, pois em
(ix.a), (ix.b), (ix.c) e (ix.d), ir não se apresenta com o valor modal de
futuridade e indica um deslocamento, no espaço, do sujeito.

Resumindo, pode-se afirmar que o modal ir (futuridade) é defectivo,
ocorrendo apenas no presente e imperfeito do indicativo e subjuntivo, en

quanto que o verbo principal ir (dirigir-se, encaminhar-se, etc) tem paradigma completo.

4 A propósito da diferenciação do paradigma dos verbos principais e dos verbos auxiliares modais, em inglês, Shopen (1972) apresenta os seguintes esquemas:

MAIN VERB PARADIGM

a. Base	b. Base + Z	c. Base + D
d. Base + ing		e. Base + EN

MODAL PARADIGM

a. Base	b. Base + D
---------	-------------

The shaded area is intended to represent 'extremely tenuous status'

Ao estabelecer esses esquemas, objetivava Shopen demonstrar que as conjugações incompletas, defectivas, não são acidentais. Aponta, então, para a necessidade de atribuição de um 'status' formal à noção de paradigma dos verbos principais e paradigma dos auxiliares modais, pois é, a partir dessa atribuição, que se poderá conceber os paradigmas não como acidentais, mas fazendo parte do conhecimento que o falante tem de sua língua.

5 Schogt (1968) aponta que o critério que permite isolar um verbo au-

xiliar da massa de verbos que se combinam com um infinitivo, é a sua de-
fectividade.

6 Em alguns dialetos, (147.c) e (147.d) são consideradas sentenças bem formadas, conforme a nota 2. Ocorre, porém, que a grande maioria dos que aceitam essas sentenças, também julga gramaticais (155.c), (155.d), (156.c) e (156.d). Portanto, mesmo que se aceite a gramaticalidade de (147.c) e (147.d), não se estaria encontrando uma evidência contrária ao tratamento de dever como auxiliar, mas, tão somente, perdendo a generalização segundo a qual a negação não interfere entre o auxiliar e o verbo principal.

7 Veja-se Pontes (1971), Abaurre (1973) e Lobato (1975).

8 Confira com Nota 2.

9 A existência de uma sentença como

(x) Começam-se a examinar os pacientes.

talvez seja reveladora da auxiliaridade de começar.

10 Se procurássemos excluir (139.d) valendo-nos de uma restrição que não permitisse a Sencaixada ser introduzida por que desde que o verbo da Smatriz exigisse identidade entre o sujeito dessas duas S's, restrição

estabelecida a partir do exame de

(xi) *Tenta que a enfermeira examine o paciente.

estariamos, indiretamente, postulando para poder uma estrutura do mesmo tipo de tentar, isto é, transitiva. Ora, a análise de poder como verbo transitivo, traria inúmeros problemas, conforme foi apontado na subseção 3.2.

11 Em "Double Negatives"(1970), Baker chama de "polarity - sensitive" os itens lexicais que podem ocorrer ou apenas em sentenças afirmativas, ou apenas em sentenças negativas. Assim, os itens already, would rather e outros têm polaridade afirmativa, como se pode verificar em:

(xii) a. The Sox have already clinched the pennant.

b. *The Sox haven't already clinched the pennant.

(xiii) a. I would rather go to New Orleans.

b. *I wouldn't rather go to New Orleans.

Baker chama a atenção para o fato de que a inaceitabilidade de (xii.b) e (xiii.b) somente se verifica quando essas sentenças são produzidas com entonação normal e em contextos não especiais. Há uma circunstância particular, nas quais sentenças desse tipo são aceitas: quando representam, palavra por palavra, uma negação enfática de uma afirmação anterior da falante.

Já ever, much (não acentuado) e outros têm polaridade negativa:

(xiv) a. George won't ever see that movie.

b. *George will ever see that movie.

(xv) a. He didn't say much.

b. *He said much.

No português, nada e patavina são exemplos de itens de polaridade negativa:

(xvi) a. A enfermeira não entendeu nada do recado.

b. *A enfermeira entendeu nada do recado.

(xvii) a. A enfermeira não entendeu patavina do recado.

b. *A enfermeira entendeu patavina do recado.

12

Para bloquear a derivação de uma sentença como

(xviii) *Deve poder que a seringa seja examinada pela enfermeira.

teríamos que postular que, neste caso, raising seria uma regra obrigatória.

13

Conforme o que me foi apontado pelo Professor Carlos Vogt, na sessão de defesa deste trabalho, há, em português, possibilidade de expressar a modalidade pretendida, no caso, "obrigação", através de outros expedientes, além da substituição de dever por ter

de
que

. Isto porque, poderia ser incluído, no quadro das possíveis manifestações da modalidade, em português, entre outros, o uso de advérbios de modo, como obrigatoriamente, e de expressões do tipo ser obrigado a.

5. Conclusões

Este trabalho teve por objetivo examinar o fundamento formal da categorização dos modais dever e poder dentro da linha teórica da Gramática Gerativa.

Na primeira seção, examinamos a hipótese levantada por Chomsky (1957), segundo a qual auxiliares (AUX) e verbos (V) devem receber tratamentos sintáticos diferentes, bem como a hipótese de Ross que julga desnecessária a dissociação AUX/V e trata os modais como verbos principais. No exame dessas propostas, procuramos indicar as evidências favoráveis a cada uma delas e as principais deficiências encontradas.

Numa seção posterior, procuramos verificar a possível adequação de tais propostas para o português, restringindo a pesquisa aos modais dever e poder. Foram apontadas vantagens e desvantagens dessas diferentes abordagens, na tentativa de encontrar motivações que permitissem decidir a favor de uma ou outra análise. No entanto, foi constatada a impossibilidade de decisão, uma vez que as hipóteses que consideravam os modais dever e poder ou como exclusivamente auxiliares ou como verbos principais, criavam áreas de dificuldades e não permitiam que a adequação empírica fosse encontrada.

Numa última seção, propusemos uma análise alternativa que se fundamentou na constatação da dissemelhança de comportamento em

tre dever e poder. Procuramos agrupar alguns fatos indicativos do não-parallelismo de comportamento desses elementos e mostrar a necessidade de serem apresentadas propostas distintas na sua análise. Após o exame dos fatos relevantes, concluímos com a apresentação da proposta, segundo a qual dever, enquanto modal, é um elemento que se comporta, no português, como verbo exclusivamente auxiliar e poder, também enquanto modal, como verbo-auxiliar e um verbo principal intransitivo.

Essa proposta nos permitiu dar conta, de um lado, das semelhanças de comportamento observadas entre dever e poder, uma vez que ambos podem ocorrer ligados ao módulo AUX. Por outro lado, ela nos possibilitou encontrar uma explicação natural para as áreas de não-convergência na distribuição desses dois verbos.

Com a hipótese apresentada, acreditamos ter encontrado um fundamento formal que permite postular a existência, na Gramática do Português, da categoria M, que aparece diretamente ligada ao nódulo - AUX, nos marcadores frasais subjacentes.

6. Bibliografia

- Abaurre, M.B.M. 1973. Two Approaches to the Problem of Modality in Portuguese. Suny/AB. Department of Linguistics, inédito.
- Baker, C.L. 1970. "Double Negatives". Linguistic Inquiry, vol. I. 2: 169-186.
- Chomsky, N. 1957. Syntactic Structures. The Hague, Mouton.
- _____ 1965. Aspects of the Theory of Syntax. Cambridge, The M. I.T. Press.
- _____ 1970. "Deep Structure, Surface Structure and Semantic Interpretation", Studies in General and Oriental Linguistics, TEC Corporation for Language Research. Tokyo, Commemorative Volume for Dr. Shiro Hattori, R. Jakobson and S. Kawamoto (eds.).
- Jenkins, L. 1972. Modality in English Syntax. M.I.T. Dissertation, Cambridge, reproduced by the Indiana University Linguistics Club.
- Klein, P. 1968. Modal Auxiliaries in Spanish. Seattle, University of Washington, iv.
- Lakoff, G. 1970. Irregularity in Syntax. New York, Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- Langendoen, D.T. 1970. "The 'can't seem to' construction". Linguistic Inquiry, I.1: 25-35
- Lobato, L.M.P. 1975. "Os Verbos Auxiliares em Português Contemporâneo: Critérios de Auxiliaridade". Análise Lingüística, Petrópolis, Editora Vozes.

- Newmeyer, F.J. 1970. "The 'Root Modal': Can it be Transitive?". Studies Presented to Robert B. Lees by his Students, Linguistic Research, Inc., Sadock and Vanek (eds.).
- Palmer, F.R. 1965. A linguistic Study of the English Verb. London, Longman Linguistics Library.
- Parisi, F.A.D. 1971. "On English Modal Verbs". Papers from the Seventh Regional Meeting Chicago Linguistic Society. Chicago, Chicago Linguistic Society.
- Perlmutter, D. 1967. "The Two Verbs Begin". Jacobs & Rosenbaum: Readings in English Transformational Grammar. Waltham, Mass., Ginn and Co.
- Pontes, E.S.L. 1971. Verbos Auxiliares em Português. Tese de Livre Docência, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Quicoli, A.C. "On Portuguese Impersonal Verbs". A sair em: T. Schmidt-Radefelt (ed): Readings in Portuguese Linguistics, North-Holland Publishing Co.
- Ross, J.R. (1967.a). Constraints on Variables in Syntax. Mass, MIT dissertation
 _____ (1967.b). "Auxiliaries as Main Verbs". in Studies in Philosophical Linguistics. W. Todd (ed), series one, Great Expectations Press, 1969.
- Santos, A.T.M. 1972. Dois Modelos de análise para os Auxiliares em Português. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Said Ali, M. 1957. Dificuldades da Língua Portuguesa. 5a. ed., Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica.

Schogt, H.G. 1968. "Les Auxiliaires en Français." La Linguistique, 2:5-19,
Paris, Presses Universitaires de France.

Shopen, T. 1971. "Caught in the Act". Papers from the Seventh Regional
Meeting Chicago Linguistic Society. Chicago, Chicago Linguistic Society.